INFORMS

INFORMATIVO MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO COM AS PRINCIPAIS NOTÍCIAS DOS SETORES PORTUÁRIO E DE NAVEGAÇÃO

Edição 168/2022
Data: 22/12/2022

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP) 4
MÁRCIO FRANÇA É OFICIALIZADO COMO NOVO MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS 4
PORTO DE SANTOS RECEBE SELO INTERNACIONAL DE SEGURANÇA APÓS 5 ANOS DE SUSPENSÃO 4
MÁRCIO FRANÇA SERÁ MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS NO GOVERNO LULA 5
GOVERNO LULA TERÁ COMO MISSÃO DEFINIR LEILÕES NO PORTO DE SANTOS 6
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF 7
PARCERIAS COM A INICIATIVA PRIVADA MARCAM RETOMADA DO CRESCIMENTO DO SETOR PORTUÁRIO 7
MINFRA FINALIZA GESTÃO COM 139 PONTOS DE PARADA E DESCANSO (PPD'S) 9
CONTRATAÇÃO DE R$ 44,6 BILHÕES EM INVESTIMENTOS GARANTE MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA MALHA FERROVIÁRIA NACIONAL 9
GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF 11
BRASIL AVANÇA NA INSERÇÃO INTERNACIONAL EM 2022 11
ME E CGU INAUGURAM MAIS UMA SALA 360º DE TRABALHO COMPARTILHADO EM BRASÍLIA 13
BRASIL DÁ MAIS UM PASSO PARA ENTRAR NA OCDE COM PLANO NACIONAL DE POLÍTICA REGULATÓRIA 14
MEDIDA PROVISÓRIA ASSEGURA CONTINUIDADE DO SEGURO DPVAT EM 2023 16
RECEITA FEDERAL INOVA COM PROJETO DE NFS-E PADRÃO E PROGRAMA DE CONFORMIDADE COOPERATIVA FISCAL 16
ARRECADAÇÃO FEDERAL ALCANÇA R$ 172,038 BILHÕES EM NOVEMBRO 18
ARRECADAÇÃO DE NOVEMBRO REFLETE INDICADORES QUE MOSTRAM RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA, DIZ SPE 20
IDENTIDADE MILITAR DIGITAL ESTÁ DISPONÍVEL A POLICIAIS DA PMDF NA PLATAFORMA GOV.BR 21
PORTAL PORTO GENTE 22
CONFEDERAÇÃO DOS TRANSPORTES ACIRRA O DEBATE DOS PORTOS 22
BE NEWS – BRASIL EXPORT 24
EDITORIAL – RESTRIÇÃO A CAMINHÕES NO FERIADO DE NATAL 24
NACIONAL - HUB – CURTAS 24
Ministério 1 ..... *24*
Ministério 2 ..... *24*
Ministério 3 ..... *25*
Ministério 4 ..... *25*
NACIONAL - COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO ALCANÇA SUPERÁVIT DE US$ 60 BILHÕES NO ANO 25
NACIONAL - ANAC ABRE INSCRIÇÕES PARA A 4ª EDIÇÃO DO PROGRAMA "AEROPORTOS SUSTENTÁVEIS" 26
REGIÃO SUDESTE - ACS COMPLETA 152 ANOS COM ATENÇÕES VOLTADAS PARA A MODERNIZAÇÃO 27
REGIÃO SUDESTE - SOPESP CHEGA AOS 29 ANOS CELEBRANDO O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO PORTUÁRIO 28
REGIÃO SUDESTE - PORTO DE SANTOS SUPERA EM NOVEMBRO SUA MOVIMENTAÇÃO RECORDE DE 2021 28
REGIÃO SUL - PRF RESTRINGE TRÁFEGO DE CAMINHÕES NAS RODOVIAS DO PARANÁ DURANTE O NATAL 30
REGIÃO NORDESTE - CONSELHO NACIONAL APROVA INSTALAÇÃO DE REFINARIA NA ZPE CEARÁ 30
REGIÃO NORDESTE - PORTO DE SUAPE RENOVA CERTIFICAÇÕES E AGUARDA ANÁLISE DE OUTRAS TRÊS 31
JORNAL O GLOBO – RJ 32
LULA DEVE TIRAR SEIS ESTATAIS DE LISTA DE PRIVATIZAÇÕES. VEJA QUAIS SÃO 32
MÁRCIO FRANÇA É ANUNCIADO MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS: 'SETOR VITAL E ESTRATÉGICO PARA O PAÍS' 33
'REGRA FISCAL NÃO FAZ MÁGICA', AFIRMA O ECONOMISTA E PESQUISADOR DO INSPER MARCOS MENDES 34
APÓS APROVAÇÃO DA 'PEC DA TRANSIÇÃO', GOVERNO PRETENDE ENVIAR PROPOSTA DE NOVA ÂNCORA FISCAL ATÉ JUNHO 36
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP 38
GREVE DOS PILOTOS E COMISSÁRIOS CHEGA AO QUARTO DIA E IMPACTA VOOS 38
CONGRESSO APROVA PEC DA TRANSIÇÃO, QUE AMPLIA GASTOS PARA BANCAR PROMESSAS DE LULA 39
CHEGADA DO GIGANTE MUBADALA À ATVOS, EX-ODEBRECHT AGROINDUSTRIAL, PODE IR PARAR NO TCU 40
FUTURO MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS, FRANÇA DIZ QUE LEILÃO DO PORTO DE SANTOS SERÁ CANCELADO 42
TRÊS OBJEÇÕES À PEC DA TRANSIÇÃO 43
HÁ RISCO DE 'IMPROVISO' SEM PRAZO PARA APROVAÇÃO DE NOVO ARCABOUÇO FISCAL, DIZ ECONOMISTA 44
VALOR ECONÔMICO (SP) 45
VEJA QUEM É MÁRCIO FRANÇA, FUTURO MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS 45
VEJA A LISTA E CONFIRA O PERFIL DOS 16 NOVOS MINISTROS ANUNCIADOS POR LULA HOJE 46

DOCUMENTO DA TRANSIÇÃO SUGERE ESTRUTURA DE GOVERNO COM 37 MINISTÉRIOS 47
LULA ANUNCIA ALCKMIN COMO MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO, LUIZ MARINHO NO TRABALHO E ANIELLE FRANCO NA IGUALDADE RACIAL 48
RIO VIRA CENTRO DA CRIPTOECONOMIA NO PAÍS 50
PORTAL PORTOS E NAVIOS 52
PORTO DE SANTOS SUPERA O RECORDE ANUAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS ESTABELECIDO EM 2021 52
XENETA PREVÊ NOVAS QUEDAS NOS FRETES EM 2023....53
GRUPO AÇOTUBO PREVÊ CRESCIMENTO DE 10% NOS INVESTIMENTOS PARA 2023 54
EM FASE FINAL, PLANO DIRETOR DE SUAPE 2030 ENTRA EM VIGOR NO INÍCIO DE 2023 54
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA 55
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ NAS PÁGINAS DO LINKEDIM.COM 55

A TRIBUNA DIGITAL (SP)

MÁRCIO FRANÇA É OFICIALIZADO COMO NOVO MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS

Ex-governador de São Paulo e ex-prefeito de São Vicente comandará a pasta em 2023
Por: ATribuna.com.br

Márcio França foi governador de São Paulo entre abril e dezembro de 2018 Foto: Alexsander Ferraz/AT

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) oficializou o nome de Márcio França (PSB) como novo ministro de Portos e Aeroportos. O anúncio foi feito no final da manhã desta quinta-feira (22), em cerimônia realizada em Brasília.

Ex-governador de São Paulo e ex-prefeito de São Vicente, França é formado em Direito pela Universidade Católica de Santos (UniSantos). No mundo político, também exerceu os cargos de vereador na Câmara vicentina e de deputado federal. Nas eleições deste ano, concorreu ao Senado por São Paulo, sendo derrotado por Marcos Pontes (PL).

Mais cedo, A Tribuna havia antecipado que o ex-governador havia recebido o convite para o cargo na quarta-feira (21). A possibilidade de França comandar a pasta de Portos - tradicional em outros governos do PT, mas que havia sido extinta no Governo Bolsonaro - já havia sido noticiada nesta semana.

Entre as questões a lidar no ministério, França terá a proposta de desestatização da Santos Port Authority (SPA), que administra o Porto de Santos, e a conclusão das obras do Aeroporto Civil Metropolitano, na Base Aérea de Santos, em Vicente de Carvalho, Guarujá.
Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 22/12/2022

PORTO DE SANTOS RECEBE SELO INTERNACIONAL DE SEGURANÇA APÓS 5 ANOS DE SUSPENSÃO

Cais volta a conquistar a DC do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias, o ISPS Code
Por: ATribuna.com.br

Após cinco anos de suspensão, a Santos Port Authority (SPA) recebe o ISPS Code Foto: Alexsander Ferraz/AT

Após cinco anos de suspensão, a Santos Port Authority (SPA) recebe, nesta quinta-feira (22), a Declaração de Cumprimento (DC) do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias, o ISPS Code. A certificação é concedida pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos).

A Declaração de Cumprimento do ISPS Code é uma certificação internacional. Ela atesta que o Porto de Santos atende a todas as exigências de segurança, assim como ocorre com as empresas certificadas com a ISO, que atesta qualidade, com base em padrões estabelecidos em todo o mundo.

Mas, nem sempre foi assim. A Declaração de Cumprimento estava suspensa desde 2017. Naquele ano, foram identificadas não conformidades no sistema de segurança do Porto de Santos.

A partir daí, a SPA, estatal que administra o Porto de Santos, passou a atender às solicitações da Conportos. Entre elas, estavam a aplicação de diversos procedimentos operacionais e investimento na ordem de R$ 55 milhões.

A autoridade portuária também ficou responsável pela elaboração de um Plano de Segurança Portuária, já aprovado pela Conportos. O material trata de medidas de proteção, de controle de acesso, monitoramento, além do manuseio de cargas, ações de prevenção, treinamentos e demais detalhamentos.

ISPS Code
Após o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, a Organização Marítima Internacional (IMO) decidiu acelerar a implementação do ISPS Code em todo o mundo, visando melhorar a segurança de pessoas e instalações portuárias. Com isso, novas disposições foram adotadas na Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar (Solas) e, em 2004, os requisitos entraram em vigor.

O objetivo era estruturar a avaliação de ameaças e de definir ações de proteção às embarcações e terminais portuários. Evitar embarques de drogas, acesso de pessoas não autorizadas, roubo, pirataria e ataques às instalações estão entre os focos do plano.
Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 22/12/2022

MÁRCIO FRANÇA SERÁ MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS NO GOVERNO LULA

A Tribuna apurou que o ex-governador foi convidado nesta quarta (21) e deverá ser anunciado no cargo nesta quinta (22)
Por: Rafael Motta

Márcio França será ministro de Portos e Aeroportos no Governo Lula Foto: Nirley Sena

O ex-governador e ex-prefeito de São Vicente Márcio França (PSB) será ministro de Portos e Aeroportos. O anúncio de seu nome deverá ser feito nesta quinta-feira (22). A Tribuna apurou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lhe fez um convite formal na quarta (21).

A possibilidade havia sido noticiada pela Reportagem na terça (20). França é membro do grupo de transição de Governo na área de Cidades e tinha a expectativa de assumir esse ministério. A Tribuna verificou que ele está recolhendo informações sobre os segmentos portuário e aeroportuário.

Entre as questões a lidar no ministério, França terá a proposta de desestatização da Santos Port Authority (SPA), que administra o Porto de Santos, e a conclusão das obras do Aeroporto Civil Metropolitano, na Base Aérea de Santos, em Vicente de Carvalho, Guarujá.

No início da semana, quando a indicação de Márcio França para o novo ministério ainda era uma possibilidade, houve elogios à hipótese de que o candidato derrotado ao Senado assumisse cargo no primeiro escalão do futuro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

“Por conhecer o Porto de Santos, a região e o Estado, e por ter sido prefeito e governador, tem todos os elementos para dar ao complexo santista a atenção que ele necessita e merece”, afirmou o engenheiro, consultor portuário e colunista de A Tribuna Frederico Bussinger.

“É um nome de peso e relevância que, sem dúvida, agregaria ao setor”, declarou Jesualdo Silva, diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP).
Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 22/12/2022

GOVERNO LULA TERÁ COMO MISSÃO DEFINIR LEILÕES NO PORTO DE SANTOS

Originalmente previstos para ocorrer esse ano, arrendamentos dos terminais STS10 e STS53 ficam para 2023
Por: ATribuna.com.br

Localizado no cais do Saboó, o STS10 é visto como principal terminal a ser leiloado no porto santista, com área total de 601.101 metros quadrados Foto: Sérgio Furtado/Imagens Aéreas/Divulgação SPA

Os processos de dois arrendamentos de áreas do Porto de Santos ficarão para o próximo ano. Porém, caberá ao novo governo a definição sobre a realização dos certames. Uma das áreas tem como foco a movimentação de contêineres, no cais do Saboó, e a outra, de fertilizantes, na região de Outeirinhos.

De acordo com o Ministério da Infraestrutura, o tema deverá ser debatido pela equipe que coordena a transição entre a gestão de Jair Bolsonaro (PL) e do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Porém, ainda não há uma resposta se os processos irão avançar ou seguir o mesmo plano da desestatização da Santos Port Authority (SPA), que deve ser reavaliada.

Os processos de arrendamento estão em andamento há alguns anos. Em outubro, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) aprovou a documentação do leilão do STS10. A área, que fica no Saboó, é a aposta do Governo Federal para aumentar a capacidade de movimentação de contêineres no cais santista.

O novo terminal terá uma área total de 601.101 metros quadrados. No passado, a área foi dividida entre terminais da Rodrimar, da Deicmar e de uma parte do Ecoporto Santos.

A capacidade da futura instalação, a partir do sexto ano contratual, está estimada em 2,2 milhões de TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés) por ano. A previsão é alcançar 2,4 milhões de TEU por ano a partir do 11º ano da concessão.

Os investimentos totalizam R$ 2,7 bilhões. Hoje, o Porto de Santos conta com uma capacidade de movimentação de 5,3 milhões de TEU nos terminais já existentes. E no ano passado, 4,8 milhões de TEU entraram ou saíram do País pelo cais santista. É justamente esse volume que torna necessária a implantação de um novo terminal de contêineres.

Havia uma polêmica sobre a participação de empresas no leilão. A Antaq autorizou a concorrência de empresas verticalizadas, mas incluiu cláusulas contratuais para prevenir eventuais práticas anticompetitivas.

“Não será admitida a formação de consórcio entre empresas armadoras de grupos econômicos distintos que detenham titularidade de exploração de instalações portuárias dedicadas à movimentação e armazenagem de contêineres e carga geral no complexo portuário de Santos. A proposta vale às empresas controladas, controladoras, coligadas e entidades sujeitas ao mesmo controle comum”, destacou a agência reguladora.

Fertilizantes
O projeto do STS53, na região de Outeirinhos, é polêmico e divide opiniões. Segundo as previsões do Governo Federal, a área prevê a movimentação e a armazenagem de granéis minerais e deve receber investimentos de mais de R$ 650 milhões.

De acordo com o Ministério da Infraestrura, a área é composta por dois terrenos distintos, um adjacente ao cais e outro na retroárea. A implantação do novo terminal deverá ser feita em duas fases. A movimentação, em sua fase final, deve chegar a 5,1 milhões de toneladas ao ano. No total, são 87.981 metros quadrados.

O lote está localizado em região destinada à movimentação de granéis sólidos minerais, de acordo com o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto. Porém, há o temor do Terminal de Passageiros Giusfredo Santini, administrado pelo Concais, de que a implantação do STS53 e a instalação de equipamentos inviabilizem as atracações de navios de cruzeiros na região. O Governo Federal contesta a alegação.
Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 22/12/2022

gov.br Governo Federal
Ministério da Infraestrutura

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

PARCERIAS COM A INICIATIVA PRIVADA MARCAM RETOMADA DO CRESCIMENTO DO SETOR PORTUÁRIO

Arrendamentos, concessões e a primeira privatização da história do setor garantiram investimentos que ultrapassam os R$ 52,4 bilhões para os próximos anos

Desestatização da Codesa garantiu cerca de R$ 850 milhões em investimentos - Foto: Divulgação/Codesa

Nos últimos quatro anos, o Governo Federal, por meio do Ministério da Infraestrutura, transformou o setor portuário, tornando-o mais moderno, com geração de emprego, aumento na movimentação de cargas e fortalecimento da logística no mercado nacional. Para isso ocorrer, as parcerias com a iniciativa privada foram fundamentais: entre arrendamentos, contratos assinados e a primeira desestatização portuária do país, estão garantidos R$ 52,48 bilhões para o setor.

Essas contratações foram possíveis graças ao entendimento da pasta de que a representatividade do setor portuário brasileiro está diretamente ligada à intermodalidade, por meio da qual se movimenta grande parte das mercadorias que entram e saem do país. Para se ter uma ideia da

importância do segmento, 82% do comércio exterior e 97% do volume de cargas transportadas para o Brasil, e daqui para outros países, passam por águas territoriais brasileiras.

Para melhorar a logística de toda essa cadeia produtiva, foram arrendados 36 terminais desde 2019, que somam R$ 6,5 bilhões em investimentos contratados. Além disso, houve a autorização para funcionamento de 165 terminais de uso privado (TUPs), com aporte de R$ 46,65 bilhões, e a primeira desestatização portuária do setor, da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa).

O processo demandou o desenvolvimento de uma modelagem específica que envolveu parceiros como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Para o secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Mário Povia, a desestatização da companhia foi disruptiva. “Agora acompanhamos as atividades posteriores, com perspectivas muito boas para os desdobramentos dessa concessão”, afirmou.

Governança e legislação

O desenvolvimento do setor também se deve à virada de gestão nas companhias docas. Antes de 2019, todas elas reportavam prejuízo. Hoje, todas operam com lucro, sucesso atribuído à gestão técnica e profissional que permite uma agenda positiva, tanto na questão da porto-cidade, quanto na área de sustentabilidade. Para se ter uma ideia do avanço, a autoridade portuária de Santos dava prejuízo de cerca de R$ 500 milhões e passou a ter o mesmo volume de lucro.

Outro avanço importante para o segmento foi o BR do Mar, programa de estímulo ao transporte por cabotagem desenvolvido pelo Governo Federal, algo essencial a ser desenvolvido no país, e que não tinha uma política pública clara. Com a regulamentação, o modal portuário terá desenvolvimento importante para um país que tem 8,5 mil quilômetros de costa, representando ganho às empresas de logística, já que grande parte das atividades comerciais, além de polos industriais, se encontra próxima à costa litorânea.

Seguindo essa mesma diretriz, o Ministério da Infraestrutura deu início ao debate do projeto BR dos Rios, para estender a iniciativa aos rios navegáveis, transformando-os em hidrovias. “Conseguimos colocar o projeto na agenda de infraestrutura. Já fizemos o esboço do projeto e esperamos que ele seja levado adiante, visto que é uma iniciativa imprescindível para o desenvolvimento do setor”, reforçou Povia.

Legado

De acordo com o secretário nacional, o legado que a gestão deixa é de respeito aos contratos e de agenda aberta com o setor privado. “Em um cenário de restrição fiscal, é fundamental atrair os investimentos privados necessários para o setor. Recebemos e ouvimos todos, mas, sobretudo, buscamos o consenso, o diálogo. Construímos muita coisa, mas implantamos a cultura de que o investimento é bem-vindo e que o diálogo é necessário”, concluiu.

Mesmo nesse cenário, foi possível investir com o orçamento público. Nos quatro anos, por meio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Governo Federal investiu, pelo menos, R$ 136 milhões na recuperação e construção de instalações portuárias públicas de pequeno porte (IP4) na região Norte do país.

Equivalente a uma pequena rodoviária nas margens dos rios, os IP4 possuem estruturas totalmente simplificadas e ajudam no desenvolvimento econômico por meio do transporte hidroviário, e melhoram a qualidade de vida da população.

A dragagem da Hidrovia do Rio Madeira e dos portos de Recife (PE), Santos (SP) e Ilhéus (BA) foi outro investimento importante realizado pelo MInfra nesses quatro anos, chegando na faixa dos R$ 519,5 milhões de recursos públicos empenhados.
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 22/12/2022

MINFRA FINALIZA GESTÃO COM 139 PONTOS DE PARADA E DESCANSO (PPD'S)

Objetivo da pasta é ampliar a rede credenciada, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste

O Ministério da Infraestrutura encerra a gestão de governo com 139 Pontos de Parada e Descanso (PPD's) espalhados pelo país. Os locais são pontos de parada e descanso situados nas margens das rodovias ou em áreas sob circunscrição federal, possuindo características e instalações adequadas para se prestarem à espera, repouso e descanso dos motoristas profissionais de transporte rodoviário.

Ao pensar na melhoria das condições de trabalho dos motoristas profissionais do transporte rodoviário de cargas e passageiros, foram publicadas as Leis nº 12.619/2012 e nº 13.103/2015, dispondo, dentre outros assuntos, sobre a definição da carga horária dos motoristas profissionais, ensejando a necessidade de existências de locais ao longo e/ou próximos às rodovias apropriados.

A implantação de PPD é de livre iniciativa do interessado, de modo que essa implantação trará benefícios não só para os profissionais, como também para os estabelecimentos e à sociedade, entre eles: diminuição dos acidentes por falhas humanas devido ao cansaço; redução de roubos e furtos; desestímulo às práticas de prostituição e uso de drogas; e estímulo à modernização dos estabelecimentos.

Os estabelecimentos interessados em se transformarem em Ponto de Parada e Descanso devem preencher o Formulário de Inscrição para Reconhecimento de Estabelecimento como Ponto de Parada e Descanso, disponível no neste link, e enviá-lo ao Ministério da Infraestrutura por meio do endereço eletrônico: ppd@infraestrutura.gov.br.
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 22/12/2022

CONTRATAÇÃO DE R$ 44,6 BILHÕES EM INVESTIMENTOS GARANTE MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA MALHA FERROVIÁRIA NACIONAL

Regime de autorizações projeta para os próximos anos aplicação de R$ 150 bilhões em recursos privados no modal e 11 mil quilômetros de novos trilhos

Concessão da Fiol 1 garantiu investimento privado no modo de transporte - Foto: Ricardo Botelho/MInfra

Fundamental para equilibrar a matriz de transportes nacional, o setor ferroviário foi um dos que mais avançou nos últimos quatro anos. A transformação se deve, principalmente, à retomada dos investimentos públicos e recursos privados alocados no segmento a partir de 2019. No total, foram R$ 44,6 bilhões contratados com a iniciativa privada para as próximas

décadas, com as concessões das ferrovias Norte-Sul (FNS) e Oeste-Leste (Fiol I), o novo contrato de administração da Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips), além de quatro renovações antecipadas de concessões vigentes – Rumo Malha Paulista, Estrada de Ferro Carajás, MRS Logística S.A e Estrada de Ferro Vitória-Minas, a qual permitiu o início das obras da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico).

O investimento expressivo desses contratos representa a expectativa de abertura de mais de 700 mil empregos diretos e indiretos. Essas mudanças se devem ao entendimento da administração pública de que investir no modal aumentará a eficiência do transporte de cargas e, ao mesmo tempo, a capacidade logística da produção agropecuária e industrial no Brasil.

Sob essa diretriz, desde 2019, foram alocados R$ 2,6 bilhões em recursos públicos, totalizando nove obras de adequação e modernização em empreendimentos ferroviários do país. Entre as principais intervenções concluídas estão a construção dos terminais ferroviários de Rio Verde (GO), Porto Nacional (TO) e Iturama (MG), e a obra que possibilitou a operação nos 172 quilômetros iniciais da FNS, entre os municípios de São Simão (GO) e Estrela D'Oeste (SP).

Pro Trilhos
Grande legado para o setor, a criação do regime de autorizações ferroviárias foi responsável por parte da mudança que vem sendo realizada na malha ferroviária brasileira. O modelo previsto no Marco Legal das Ferrovias, instituído em setembro de 2021, permite à iniciativa privada projetar, construir e operar com recursos próprios empreendimentos ferroviários no país.

Com 32 projetos do tipo já autorizados pelo Governo Federal, o marco regulatório tem potencial para agregar cerca de 11 mil quilômetros de novos trilhos à malha ferroviária nacional – que atualmente conta com cerca de 30 mil quilômetros de extensão. No total, são R$ 149,6 bilhões em investimentos previstos em empreendimentos que cruzam 15 unidades da Federação, como uma medida de grande impacto social e econômico.

“É algo disruptivo para o setor. Além dos contratos assinados, os novos pedidos não param de chegar. Atingimos o patamar de 97 solicitações de entes privados junto ao governo, o que significa algo em torno de R$ 310 bilhões em recursos e 23,2 mil novos quilômetros numa malha existente de 30 mil. Ou seja, com esses investimentos concretizados, temos a possibilidade de dobrar a malha ferroviária nacional”, avaliou o secretário nacional de Transportes Terrestres, Felipe Queiroz.

Equilíbrio
Outro aspecto importante da inovação proposta pela gestão são as projeções a respeito da participação das ferrovias na matriz nacional de transportes sob o viés da segurança e da sustentabilidade, uma vez que o investimento na modal ajuda a reduzir a dependência do setor produtivo do transporte rodoviário.

“A estimativa é que podemos sair dos cerca de 19% de participação que temos hoje do modal ferroviário para 35%. Na prática, isso representa eficiência logística, diminuição de custo e maior competitividade na nossa economia. Também há aspectos de segurança viária, diminuição de acidentes, qualidade de vida para os operadores rodoviários, além da redução da emissão de gases de efeito estufa”, disse Queiroz.

Pilares
Nos últimos quatro anos, o setor foi beneficiado com renovações antecipadas dos contratos e com novas concessões, que, com o regime de autorizações, formam os pilares do programa de desenvolvimento ferroviário adotado pela atual gestão do Governo Federal. A Fico, entre Mara Rosa

(GO) e Água Boa (MT), é a primeira obra de grande porte greenfield executada a partir de uma inovação legislativa, o investimento cruzado em razão da prorrogação antecipada da Estrada de Ferro Vitória-Minas. A obra de 383 quilômetros de extensão proverá a região central de Mato Grosso de um acesso ferroviário.

Para os próximos anos, a ideia é que prevaleça a compreensão sobre a urgência de ampliar o transporte sobre trilhos, reduzindo, dessa forma, o custo do frete e da dependência do setor produtivo do transporte rodoviário. Com isso, também será possível garantir mais segurança no transporte de cargas e passageiros, equilibrando a matriz de transportes e fomentando o caminho para que o país avance cada vez mais.
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 22/12/2022

gov.br Governo Federal
Ministério da Economia

GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF

BRASIL AVANÇA NA INSERÇÃO INTERNACIONAL EM 2022

País bate recorde no comércio exterior, impulsionado por medidas que facilitam as operações de exportação e importação, melhoram o ambiente de negócios e abrem novos mercados para o setor produtivo nacional

O Brasil deu passos importantes para aprofundar os esforços de inserção no mercado global neste ano de 2022. A Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (Secint) do Ministério da Economia apresenta avanços que têm contribuído para aumentar tanto as exportações quanto as importações. Além disso, as ações aproximam o país de organismos internacionais, melhoram o ambiente de negócios e abrem novos mercados para exportadores e importadores brasileiros.

Saiba mais na página de balanço das ações de 2022.
https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/principais-acoes-na-area-economica-2022

Um dos principais resultados é o recorde na corrente de comércio (soma das exportações e importações), com o valor de US$ 559,6 bilhões de janeiro até novembro, em alta de 22,4% sobre o mesmo período do ano passado e ultrapassando o valor de todo o ano de 2021, quando chegou aos US$ 500,2 bilhões. Trata-se do indicador mais importante de inserção internacional e de aumento de produtividade.

Acordos Comerciais
O país avançou nas negociações de acordos comerciais – um pilar da política comercial brasileira –, abrindo mercados estrangeiros à produção nacional e obtendo acesso a insumos, novas tecnologias e processos mais modernos e competitivos. Neste ano, foram concluídos o Acordo de Livre Comércio do Mercosul com Singapura, os Acordos de Livre Comércio de Zonas Francas do Brasil com o Uruguai e com a Colômbia e o Acordo de Reconhecimento Mútuo de Homologações Veiculares entre o Brasil e a Argentina. Houve ainda evoluções em outras frentes negociadoras – como os acordos comercias com Coreia do Sul, Canadá e Líbano –, além do processo negociador do acordo de compras governamentais no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC) e do pedido de adesão ao Acordo sobre o Comércio de Aeronaves Civis, outro acordo plurilateral no âmbito da Organização. Ademais, o Protocolo sobre Regras Comerciais e Transparência entre Brasil e Estados Unidos entrou em vigor, garantindo um comércio mais livre e justo entre os países.

Modernização do Mercosul
Uma das ações mais significativas no cenário internacional foi a modernização do Mercosul. Em 2022, houve a primeira revisão horizontal da Tarifa Externa Comum (TEC) desde o seu

estabelecimento em 1995. Considerando essencial aproximar a estrutura tarifária do bloco aos níveis praticados internacionalmente, o Brasil conduziu discussões com os demais países-membros sobre a implementação gradual de uma reforma, levando em consideração as necessidades do setor produtivo para se adequar à nova realidade tarifária.

Em julho de 2022, o Conselho do Mercado Comum do Mercosul aprovou a diminuição em 10% nas alíquotas do Imposto de Importação, bem como uma redução a 0% das alíquotas que então se encontravam em 2%, além da manutenção em 0% de parte do universo tarifário, abrangendo, ao todo, cerca de 87% dos códigos que compõem a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). Estes cortes constituem a mais abrangente revisão da estrutura tarifária já adotada pelo bloco desde a criação da TEC. O Brasil já havia reduzido em 20%, de forma temporária, suas alíquotas de importação, dada a necessidade de proteger a vida e a saúde dos brasileiros no contexto da pandemia e como resposta do governo à pressão inflacionária decorrente do conflito na Ucrânia. O acordo firmado no Mercosul tornou permanente parte das reduções tarifárias já implementadas pelo Brasil, e os membros do Mercosul concordaram em continuar o trabalho de revisão da TEC, a fim de buscar uma modernização mais ampla e profunda de sua estrutura.

A Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia estimou que, no longo prazo, a redução total da TEC aplicada sobre esses produtos pelo Brasil – sendo 10% em 2021 e mais 10% em 2022 – terá impactos acumulados de R$ 533,1 bilhões de incremento no PIB, de R$ 376,8 bilhões em investimentos, de R$ 758,4 bilhões em aumento das importações e de R$ 676,1 bilhões de acréscimo nas exportações, resultando em R$ 1,434 trilhão de crescimento na corrente de comércio exterior (soma de importações e exportações), além de redução do nível geral de preços na economia.

Rumo à OCDE

Outra prioridade do Brasil no âmbito internacional é a entrada na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em janeiro deste ano, o Conselho da Organização aprovou o início do processo de acessão do país. Desde 2019, o Brasil aderiu a 49 instrumentos legais da OCDE, tornando-se o país não-membro que tem maior aderência ao marco normativo da Organização. Dentre os países candidatos, o Brasil foi o primeiro a entregar – em setembro de 2022 – seu Memorando de Acessão, documento com a autoavaliação de seu grau de convergência aos instrumentos da OCDE. No total, o Brasil já aderiu a 114 de um total de 230 instrumentos. Além disso, foram aprovadas medidas alinhadas à agenda, incluindo a redução gradual do IOF sobre operações de câmbio – tributo que será zerado em 2028 – e a Nova Lei de Câmbio e Capitais Internacionais, que garantirá maior simplificação e agilidade para pagamentos e recebimentos internacionais.

Como parte do processo de acessão, o Ponto de Contato Nacional (PCN) para as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais passou por uma avaliação por seus pares (Peer Review) e auxiliou no estudo da Organização sobre as políticas públicas de Conduta Empresarial Responsável (CER) do Brasil. O documento traz recomendações de políticas para auxiliar a regular e reforçar condutas alinhadas a essas Diretrizes, além de alavancar e incentivar a CER por meio de outras políticas que influenciam a atuação empresarial no país. Outra importante entrega no contexto do processo de acessão foi a finalização do Plano de Ação em Conduta Empresarial Responsável (Pacer) no âmbito do Comitê Nacional de Investimentos (Coninv). O cumprimento das obrigações com as diretrizes e políticas de conduta empresarial responsável é um dos primeiros itens a serem avaliados no processo de acessão (Framework for the Consideration of Prospective Members da OCDE).

Facilitação e promoção do comércio

Em outra frente, as ações de desburocratização, facilitação e aumento da eficiência da atuação estatal sobre as operações de comércio exterior vão permitir que o país feche 2022 com uma economia de mais de R$ 50 milhões em taxas que deixaram de ser pagas pelos importadores para a emissão dos documentos, graças à eliminação das exigências de mais de 700 mil licenças de importação automáticas e não automáticas para diversos produtos.

Além disso, com a implementação do Portal Único De Comércio Exterior, o tempo médio para se exportar no Brasil caiu de 13 dias para menos de cinco dias, gerando uma economia anual de custos – decorrente da diminuição dos atrasos nos embarques – de mais de R$ 100 bilhões a cada ano. Nas importações, 40% das operações já podem ser realizadas por meio do Portal Único Siscomex, e, com isso, reduziu-se o tempo médio de importação de 17 dias para 9 dias, gerando uma economia de R$ 60 bilhões a cada ano.

Na esfera da promoção do comércio exterior e das exportações brasileiras, uma mudança de paradigma ocorreu no regime de drawback, com a expansão do mecanismo para serviços. O drawback suspensão é uma ferramenta de inserção internacional das empresas brasileiras que amparou a exportação de mais de US$ 61 bilhões em 2021, representando aproximadamente 22% do total das exportações brasileiras. Atualmente, o regime abrange a desoneração tributária apenas na compra de mercadorias estrangeiras e nacionais destinadas à industrialização de produtos que serão exportados.

A partir de atuação da Secex, foi editada a Lei 14.440/2022, que entrará em vigor em janeiro de 2023, e os serviços direta e exclusivamente vinculados à exportação, terão desoneração tributária semelhante ao aplicado às mercadorias utilizadas na fabricação de itens vendidos ao exterior, gerando redução de encargos e maior competitividade para os exportadores brasileiros. Merece destaque, ainda, o desenvolvimento de plataforma de serviços integrados de comércio exterior voltada prioritariamente ao atendimento de MPMEs, intitulada BRAEXP. O projeto, realizado no âmbito do Programa de Facilitação de Comércio Brasil-Reino Unido, busca uma maior inserção de MPMEs nas cadeias globais de valor. Com a assinatura do acordo de cooperação entre o governo federal e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), está em implementação um ambiente virtual no qual as MPMEs brasileiras poderão se conectar a fornecedores, de natureza pública e privada, de serviços voltados às exportações, como serviços de avaliação de maturidade exportadora, capacitação empresarial, inteligência comercial, promoção comercial, financiamento, seguros e garantias, logística, despacho e documentação aduaneira, entre outros.

Seguro
Importantes medidas tiveram impacto direto para os exportadores brasileiros, como a retomada da possibilidade de aprovação de novas operações do Seguro de Crédito à Exportação. Após diversas ações para fortalecer o modelo atual, baseado no Fundo de Garantia às Exportações (FGE), houve o aprimoramento de sua governança, o que permitiu retomar a aprovação de novas coberturas de risco. Desde maio de 2022, já foi confirmado o apoio a US$ 709 milhões em novos negócios.

Mais investimentos
Da parte da Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), a aprovação de projetos a serem financiados com recursos de organismos multilaterais e agências governamentais estrangeiras em 2022 alcançou 53 projetos, totalizando cerca de US$ 7,13 bilhões de novos investimentos, especialmente em desenvolvimento social e infraestrutura física, no País.

Para a facilitação de investimentos privados, foi lançado o Portal Único de Informações sobre Investimentos, em setembro de 2022, e está sendo elaborada a Agenda Regulatória para a Melhoria do Ambiente de Investimentos, contendo uma ampla revisão dos atos normativos que impactam essa matéria.
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 22/12/2022

ME E CGU INAUGURAM MAIS UMA SALA 360º DE TRABALHO COMPARTILHADO EM BRASÍLIA

Novo ambiente é um espaço conjugado para atender a servidores da Controladoria-Geral da União e de outros órgãos, em parceria com o Ministério da Economia

Os servidores públicos federais contam com mais um espaço de coworking (trabalho coletivo) em Brasília para o desempenho de suas atividades. Inaugurada nesta quarta-feira (21/12), a nova sala 360º é fruto da parceria do Ministério da Economia (ME) com a Controladoria-Geral da União (CGU). O espaço é conjugado para atender a servidores da CGU e servidores de outros órgãos da administração pública federal. O novo ambiente está localizado no Setor de Indústrias Gráficas (SIG).

A nova sala de trabalho compartilhado para usuário externo dispõe de 15 estações de trabalho com dois monitores em uma sala multiuso, além de duas TVs grandes para apresentações, lousa e espaço para uso de notebooks. Há também uma sala de reunião com equipamento para reuniões virtuais e uma área de estudo concentrado. Já o público interno conta com 80 estações de trabalho e dois monitores.

O espaço pode ser utilizado por qualquer servidor, principalmente aqueles que fazem parte do Programa de Gestão de Desenvolvimento. O ambiente também atende aos servidores em viagem de trabalho e que necessitam de um local para realizar suas atividades.

A Sala 360º da CGU está instalada no Edifício Soheste, Bloco B, térreo do SIG e funciona das 8h às 20h, de segunda a sexta-feira. Para utilizar o ambiente, basta que o servidor se identifique na portaria.

A iniciativa faz parte do acordo do ME com outros cinco órgãos para oferecer ambientes dotados de infraestrutura adequada para o desempenho do trabalho de servidores públicos federais em todo o país.
Saiba mais sobre as Salas 360° - https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/transformagov/sala360
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 22/12/2022

BRASIL DÁ MAIS UM PASSO PARA ENTRAR NA OCDE COM PLANO NACIONAL DE POLÍTICA REGULATÓRIA

Documento consta no peer review da OCDE sobre a reforma regulatória no país e tem como finalidade apresentar as diretrizes da política regulatória no contexto federal

Com o objetivo de promover um melhor ambiente concorrencial no país, a Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec), por meio da Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae), lançou nesta terça-feira (20/12) o Plano Nacional de Política Regulatória. O documento é uma das entregas previstas no cronograma de implementação das 18 recomendações do peer review (revisão por pares) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre a reforma regulatória no Brasil – o país está em processo de acessão e tem cumprido etapas necessárias para efetivar a entrada no grupo.

O Plano Nacional de Política Regulatória contém uma apresentação completa de todas as diretrizes da política regulatória no contexto federal e também tem o objetivo de sinalizar aos reguladores subnacionais o caminho a ser trilhado, de modo a maximizar benefícios líquidos das regulações em território nacional.

No documento, há o detalhamento do sistema regulatório brasileiro e os atores nele envolvidos, com indicações objetivas sobre a missão da Seae: coordenar e supervisionar o sistema.

O plano informa ainda as circunstâncias e detalhes de implementação e execução da Governança Regulatória no Brasil, com explicações sobre cada um dos respectivos pilares: política regulatória, instituições e ferramentas.

Eficiência econômica
Em um ambiente de crescente inovação e competitividade econômica, no qual é primordial a construção da confiança necessária de cidadãos e investidores, a atuação do regulador é dispensável, tendo em vista que, nesse contexto, as próprias decisões das empresas e dos consumidores seriam capazes de levar ao resultado ótimo do ponto de vista de bem-estar social.

No entanto, em uma situação de concorrência imperfeita ou na ausência de concorrência, a intervenção do Estado por meio da regulação faz-se necessária para os países alcançarem seus objetivos de melhorar a eficiência econômica.

Quando bem desenhada e implementada de forma correta, a atividade regulatória pode contribuir para o crescimento econômico, aumento do bem-estar social e da qualidade de vida, atacando os efeitos negativos causados por barreiras de entrada e outras restrições que prejudicam a concorrência.

Eixos e peer review
Os desafios futuros para a consolidação da política regulatória brasileira, bem como seus recentes avanços, foram objeto de análise técnica e isenta pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em relatório de peer review. Como resultado, o relatório apresenta recomendações divididas em quatro eixos:

- política regulatória e instituições;
- avaliação ex-ante (tipo de análise baseada em suposição e prognóstico) do regulamento e engajamento das partes interessadas na formulação de regras;
- revisão do estoque regulatório;
- coerência e política regulatória em nível subnacional.

Peer review, ou revisão por pares, é um instrumento de avaliação técnica realizada na OCDE, em que determinada política é analisada pelos outros países, favorecendo trocas de experiências e aproximação com padrões e princípios estabelecidos pela Organização. Membros não pertencentes à OCDE também podem solicitar revisões por pares.

Já foram realizadas algumas peer reviews a pedido do Brasil, como, por exemplo, na área de auditoria das contas do governo e sobre transparência e troca de informações tributárias.

Revisão de modelo
Ao longo das últimas décadas, a desgastada fórmula do ‘comando e controle’ aplicada à regulação, sustentada pela coerção por meio da aplicação de penalidades, tem sido substituída pela regulação com base em evidências e com foco em resultados. Nesse novo modelo, a qualidade do desenho regulatório é capaz de promover o comportamento virtuoso dos agentes, de forma a maximizar a eficiência econômica e o bem-estar social.

Para alcançar a meta, é necessário implementar uma governança regulatória ágil, eficaz, apoiada nas melhores práticas e capaz de enfrentar os desafios impostos por inovações disruptivas proporcionadas pela evolução tecnológica e por crises de escala global que demandam respostas rápidas por parte dos reguladores. O objetivo do plano é, portanto, guiar esse processo.

De acordo com o documento, a adoção de boas práticas regulatórias busca garantir maior previsibilidade, segurança jurídica, legitimidade e eficiência. A revisão do modelo requer tanto uma mudança de métodos e de cultura quanto uma reforma organizacional e do arcabouço legal.

O desafio da política regulatória brasileira para os próximos anos consiste em engajar todos os reguladores (estimados em mais de uma centena apenas na esfera federal, segundo o Censo de Reguladores 2022) no processo de melhoria regulatória que vai além da mera adoção de avaliações de impacto e mecanismos de participação social, práticas já implementadas no governo federal. A convergência regulatória entre os diversos níveis de governo e a necessidade de fortalecimento institucional são igualmente fundamentais.
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 22/12/2022

MEDIDA PROVISÓRIA ASSEGURA CONTINUIDADE DO SEGURO DPVAT EM 2023

Seguro indeniza vítimas de acidentes de trânsito no território nacional

Foi editada, nesta quinta-feira (22/12), a Medida Provisória nº 1.149, que dispõe sobre a gestão e operacionalização dos pedidos de indenizações referidas no art. 3º da Lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, relativos aos acidentes ocorridos entre 1º de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023.

Com a medida provisória, o governo federal assegura a manutenção da cobertura proporcionada pelo Seguro DPVAT à população no ano de 2023, com a continuidade do modelo adotado nos últimos anos, sob gestão da Caixa Econômica Federal.

O Seguro DPVAT é um seguro obrigatório de caráter social, criado em 1974, com a finalidade de propiciar indenização às vítimas de acidentes de trânsito no território nacional, que contam com as coberturas de morte, de invalidez permanente e de despesas de assistência médica e suplementares.
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 22/12/2022

RECEITA FEDERAL INOVA COM PROJETO DE NFS-E PADRÃO E PROGRAMA DE CONFORMIDADE COOPERATIVA FISCAL

Instituição simplificou processos e colaborou com os contribuintes em 2022

A Receita Federal do Brasil (RFB) inovou em 2022 com o projeto de padronização da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), que tem como objetivo instituir um modelo único de documento fiscal para promover simplificação e agilidade nas atividades de micro e pequenas empresas no país, além de beneficiar os Microempreendedores Individuais (MEIs). O trabalho está sendo desenvolvido de forma integrada pela RFB e pela Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), em respeito ao Protocolo de Cooperação ENAT nº 02, de 7 de dezembro de 2007, que definiu as competências para implementação da ideia.

Saiba mais na página de balanço das ações de 2022.
https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/principais-acoes-na-area-economica-2022

Outra iniciativa que também obteve destaque no país foi a criação do Confia, o programa brasileiro de Conformidade Cooperativa Fiscal. A ideia consiste em um novo tipo de relacionamento entre a Administração Tributária e o contribuinte, baseado na transparência e na cooperação, e com ganhos para ambas as partes e para a sociedade.

Além da padronização da NFS-e, é parte do projeto a disponibilização de uma cesta de produtos tecnológicos envolvendo esse tipo de registro fiscal para todo o Brasil.

A NFS-e é um documento de existência digital, gerado e armazenado eletronicamente em Ambiente Nacional pela RFB, pela prefeitura ou por outra entidade conveniada, para documentar as operações de prestação de serviços. O projeto em andamento tem o intuito de beneficiar as

administrações tributárias com a padronização e sistematização das informações, assim garantindo a qualidade e a segurança dos registros e racionalizando os custos com maior eficácia.

Há ainda a intenção de aumentar a competitividade das empresas brasileiras pela racionalização das obrigações acessórias (redução do custo-Brasil), em especial a dispensa da emissão e guarda de documentos em papel. A geração da NFS-e é feita, automaticamente, por meio de serviços informatizados, disponibilizados aos contribuintes.

Para que sua geração seja efetuada, dados que a compõem serão informados, analisados, processados, validados e, se corretos, gerarão o documento. A responsabilidade pelo cumprimento da obrigação acessória de emissão da NFS-e e pelo correto fornecimento dos dados à secretaria, para a geração da mesma, é do contribuinte.

Programa Confia
O Confia aplica o conceito de gerenciamento de riscos para analisar o comportamento, o histórico de conformidade e a estrutura de controle fiscal dos contribuintes. Dessa forma, a Administração Tributária pode se relacionar da maneira mais eficaz e eficiente com cada um.

No mês passado, a RFB fez uma apresentação sobre o Programa Confia na reunião dos chefes das autoridades fiscais dos países do Brics. O órgão foi representado pelo secretário especial Julio Cesar Vieira Gomes em uma reunião virtual, em 2 de novembro, organizada pela Administração Tributária Estatal da China.

Participaram os chefes das delegações das Autoridades Tributárias da República Federativa do Brasil, da Federação Russa, da República da Índia, da República Popular da China e da República da África do Sul.

No encontro, foi destacado que, entre os avanços do programa, um dos principais é a criação do Fórum do Diálogo, um espaço de encontro, diálogo e debate sistemático para o desenvolvimento de um programa de Conformidade Cooperativa Fiscal.

O mecanismo cria novo paradigma de relacionamento entre fisco e contribuintes, caracterizado pela cooperação, pela prestação de serviços para prevenção de inconformidades e pela transparência em troca de segurança jurídica.

As experiências internacionais indicam que a probabilidade de sucesso de programas de Conformidade Cooperativa é maior quando são desenvolvidos de forma colaborativa com os contribuintes. Esse canal de comunicação e colaboração foi criado por meio do Fórum de Diálogo. As empresas participantes do canal de diálogo vão poder indicar temas que serão discutidos por câmaras temáticas, formadas por seus representantes e técnicos da RFB.

Se houver consenso, as câmaras podem propor critérios para definição de boas práticas de compliance (conformidade) tributário, e as empresas que aderirem ao programa estarão sujeitas às práticas propostas.

As empresas convidadas para construção do Confia no Fórum de Diálogo foram selecionadas por critérios objetivos com base em publicações e listas especiais da RFB. Um dos critérios adotados é a maturidade da governança tributária que a empresa possui, seu porte e seu posicionamento econômico.

Outras ações
A RFB também dedicou atenção ao relacionamento de comércio exterior e criou mecanismo que permite a empresas parceiras um bom relacionamento com o Fisco, baseado na confiança recíproca, com baixo grau de risco em suas operações, tanto em termos de segurança física da carga quanto em relação ao cumprimento de suas obrigações aduaneiras. São mais de 500 empresas certificadas, que respondem por 20% das exportações e 31% das importações do país.

Já em relação às transações tributárias, tornou-se possível negociar débitos tributários em cinco novos temas controversos, o que desafoga os tribunais e confere celeridade aos processos em benefício do contribuinte.

Destaque também para o programa de rastreabilidade fiscal, padrão nacional de controle de produção e rastreabilidade de produtos, por meio da utilização de selos digitais e da integração com o sistema de Nota Fiscal eletrônica.

Além de garantir a precisão no controle da produção, o programa possibilita a identificação da origem de produtos e acompanhamento na cadeia produtiva, tanto pela fiscalização, como pelas próprias empresas (produtoras importadoras, distribuidoras e varejistas).

O controle e a rastreabilidade fortalecem a repressão da produção e importação ilegal, bem como da comercialização de contrafação, protegendo a livre e leal concorrência no mercado, bem como a saúde, o emprego e os recursos dos cidadãos.

Acordos internacionais
Acordos de Dupla Tributação (ADTs) firmados pelo Brasil com a Polônia, em setembro, e com o Reino Unido, em novembro, são dois exemplos recentes dos esforços da Receita Federal do Brasil (RFB) para expandir a rede de tratados tributários do país. O empenho é fundamental para o processo em andamento de adesão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Estes acordos contribuem expressivamente para promover a segurança jurídica e aumentar os fluxos bilaterais de comércio e investimento. Nesse contexto, também se destacam os Acordos de Reconhecimento Mútuo (ARMs), tratados bilaterais ou multilaterais celebrados entre aduanas de países que possuam Programas de OEA (Organização dos Estados Americanos) compatíveis entre si.

Programa Receita Brasil
Lançado em março deste ano, o programa tem o objetivo de melhorar o ambiente de negócios e aumentar a competitividade das empresas no país. No último mês de outubro, ele passou a abranger mais áreas e ações estratégicas da RFB, com a criação de uma diretoria específica para coordenar a atuação dos setores envolvidos e buscar uma relação mais proativa com o Congresso Nacional nas pautas relativas ao Fisco.
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 22/12/2022

ARRECADAÇÃO FEDERAL ALCANÇA R$ 172,038 BILHÕES EM NOVEMBRO

Acumulado de janeiro a novembro de 2022 alcançou R$ 2,008 trilhões, melhor resultado desde 1995

A arrecadação das receitas federais atingiu R$ 172,038 bilhões em novembro, representando aumento real (corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) de 3,25% em comparação ao mesmo mês em 2021. É o melhor resultado para o período desde 2013. No acumulado de janeiro a novembro de 2022, a arrecadação alcançou R$ 2,008 trilhões, ou seja, acréscimo real de 8,80% em relação a igual período do ano passado. O acumulado do ano representa o melhor desempenho arrecadatório desde 1995, início da série histórica.

As informações constam da “Análise da Arrecadação das Receitas Federais de Novembro de 2022”, divulgada nesta quarta-feira (21/12) pela Receita Federal do Brasil (RFB), em entrevista coletiva online. A abertura da entrevista contou com as participações do secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guaranys; e do secretário especial da Receita Federal do Brasil, Julio Cesar Vieira Gomes.

Guaranys afirmou que os dados positivos comprovam os resultados do trabalho do Ministério da Economia nos últimos quatro anos, com aumento da arrecadação sem aumento de impostos. Ele também destacou a estratégia clara de consolidação fiscal, melhorando o perfil do gasto público. Julio Cesar Vieira Gomes destacou que o aumento de arrecadação em 2022 ocorreu mesmo sob a implantação de desonerações necessárias ao longo do ano, abrangendo praticamente todos os tributos federais.

Na sequência, o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias; o coordenador-geral substituto de Previsão e Análise da Receita Federal, Fábio Castro, e o coordenador de Cooperação em Temas Fiscais da Secretaria de Política Econômica (SPE), Wesley Washington, apresentaram o detalhamento dos dados referentes à arrecadação de novembro.

Acesse o material completo sobre o resultado da arrecadação federal em novembro de 2022.
https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/arrecadacao/2022?b_start:int=20

As receitas administradas pela RFB totalizaram, em novembro de 2022, R$ 165,641 bilhões, representando acréscimo real de 2,53% em comparação a novembro de 2021. Ao considerar o período acumulado de janeiro a novembro de 2022, a arrecadação de receitas administradas alcançou R$ 1,881 trilhão, aumento real de 7,16% em relação ao mesmo período do ano passado. O acréscimo registrado no período pode ser explicado, segundo a Receita Federal, principalmente pelo crescimento dos recolhimentos de Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Destaques de novembro
O IRPJ e a CSLL totalizaram arrecadação de R$ 30,795 bilhões, ou seja, crescimento real de 15,16%. Esse resultado é explicado pelo acréscimo real de 19,27% na arrecadação da estimativa mensal. A Receita destaca que houve pagamentos atípicos de, aproximadamente, R$ 2 bilhões, por empresas ligadas ao setor de commodities.

A arrecadação da receita previdenciária foi de R$ 45,814 bilhões, com acréscimo real de 3,87%. Esse resultado se deve, principalmente, ao aumento real de 12,93% da massa salarial.

O IRRF — Rendimentos de Capital teve arrecadação de R$ 7,025 bilhões, com acréscimo real de 59,88%. Esse resultado pode ser explicado pelos acréscimos nominais de 148,46% na arrecadação do item “Aplicação de Renda Fixa (PF e PJ)”, e de 95,31% na arrecadação do item “Fundos de Renda Fixa”, explica a Receita.

Já o IRRF - Rendimentos do Trabalho apresentou uma arrecadação de R$ 15,709 milhões, o que significa alta real de 8,55%. Esse resultado pode ser explicado pelos acréscimos nominais de 9,11% na arrecadação do item “Rendimentos do Trabalho Assalariado”, de 6,51% em “Aposentadoria do Regime Geral ou do Servidor Público” e de 35,99% em “Participação nos Lucros ou Resultados – PLR”. Sem considerar os fatores não recorrentes, haveria um crescimento real de 9,11% na arrecadação do período acumulado e de 6,78% no mês de novembro de 2022.

Destaques janeiro a novembro
O IRPJ e a CSLL totalizaram arrecadação de R$ 460,350 bilhões, com alta real de 19,18%. Esse desempenho é explicado pelo acréscimo de 81,60% na arrecadação relativa à declaração de ajuste do IRPJ e da CSLL, decorrente de fatos geradores ocorridos ao longo de 2021, e ao acréscimo de 19,00% na arrecadação da estimativa mensal.

A Receita destaca elevação em todas as modalidades de apuração do lucro. Além disso, houve recolhimentos atípicos da ordem de R$ 42 bilhões, especialmente por empresas ligadas à

exploração de commodities, no período de janeiro a novembro deste ano, e de R$ 39 bilhões, no mesmo período de 2021.

O IRRF — Rendimentos de Capital teve arrecadação de R$ 76,830 bilhões, com acréscimo real de 62,03%. Esse resultado pode ser explicado pelos acréscimos nominais de 169,10% na arrecadação do item “Fundos de Renda Fixa”, e de 141,62% na arrecadação do item “Aplicação de Renda Fixa (PF e PJ)”.

A receita previdenciária apresentou arrecadação de R$ 488,290 bilhões nos onze primeiros meses do ano, com acréscimo real de 5,98%. Esse resultado se deve ao aumento real de 7,90% da massa salarial e alta real de 13,85% na arrecadação da contribuição previdenciária do Simples Nacional, de janeiro a novembro de 2022, em relação ao mesmo período de 2021. Além disso, houve elevação das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária em razão da Lei nº 13.670/2018.

Confira a entrevista coletiva de divulgação dos dados da arrecadação federal de novembro de 2022.
https://www.youtube.com/watch?t=691&v=kd9MMseOJmw&feature=youtu.be
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 22/12/2022

ARRECADAÇÃO DE NOVEMBRO REFLETE INDICADORES QUE MOSTRAM RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA, DIZ SPE

Secretaria de Política Econômica destaca que resultados reforçam expectativas de retomada da atividade verificadas nas projeções do mercado sobre arrecadação federal

Os números da arrecadação federal no mês de novembro refletem outros indicadores que apontam para uma recuperação da economia brasileira. A avaliação foi feita pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia, nesta quarta-feira (21/12), durante a coletiva de imprensa para apresentação dos dados pela Receita Federal do Brasil (RFB). A arrecadação total em novembro de 2022 atingiu R$ 172,038 bilhões, com aumento real (IPCA) de 3,25% em relação a novembro de 2021. Já no acumulado de janeiro a novembro, o valor foi de R$ 2,008 trilhões, com alta de 8,80% pelo IPCA, no melhor desempenho arrecadatório desde 2000.

A RFB informou que o resultado da arrecadação de novembro foi influenciado, principalmente, pelo desempenho de indicadores macroeconômicos de outubro. Entre eles, foram citados os levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) que mostram aumentos de 1,36% da produção industrial (PIM/IBGE), de 0,30% nas vendas de bens (PMC/IBGE) e de 9,50% nas vendas de serviços (PMS/IBGE), além do crescimento de 20,23% na massa salarial. Já o valor das importações em dólar baixou 2,27%.

Também tiveram impacto nos resultados de novembro o crescimento da arrecadação previdenciária e da arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre capital (IRRF Capital) no mês anterior, além da redução temporária de alíquotas do Imposto de Importação e as desonerações tributárias sobre combustíveis e sobre produtos industrializados.

Projeções de mercado
Segundo o documento Prisma Fiscal, apresentado pela SPE, a expectativa do mercado quanto à arrecadação federal teve um comportamento diferente desta vez, ficando 2% acima do valor da arrecadação total do mês, ao contrário do que aconteceu em meses anteriores a outubro, neste ano, quando os números da RFB foram superiores às previsões do mercado.

O estudo da SPE mostra que o montante arrecadado para o mês de novembro ficou no intervalo das projeções máxima e mínima feitas pelo mercado. A diferença absoluta média entre os valores arrecadados nos últimos 12 meses e as previsões do mercado está em 6%.

O coordenador de Cooperação em Temas Fiscais da SPE, Wesley Washington Lourenço Figueredo, destacou que as projeções de mercado sobre a arrecadação federal continuam a indicar expectativas de retomada da atividade econômica. “Isso tem se verificado, ainda mais fortemente do que esperado pelo mercado, na arrecadação”, explicou.

A SPE observou que o erro de previsão do Prisma aumentou significativamente a partir de março de 2020, devido aos efeitos da pandemia na atividade econômica. Inicialmente, houve sistemática projeção de arrecadação superior ao valor realizado. A partir de agosto de 2020, porém, o mercado passou, sistematicamente, a projetar a arrecadação em valores inferiores aos valores realizados. De acordo com Figueredo, a SPE ainda espera “elevados erros de previsão devido à dificuldade de se fazer projeções em meio a uma pandemia”, disse.

Sobre o Prisma Fiscal
O Prisma Fiscal é um sistema de coleta de expectativas de mercado elaborado pela SPE para acompanhar a evolução das principais variáveis fiscais brasileiras. O levantamento inclui arrecadação total das receitas federais, receita líquida do governo central, despesa total do governo central, resultado primário do governo central e dívida bruta do governo geral.

O sistema oferece uma oportunidade para o aprimoramento dos estudos fiscais no país, além de facilitar o controle social a partir de uma ancoragem das expectativas quanto ao desempenho destas variáveis.
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 22/12/2022

IDENTIDADE MILITAR DIGITAL ESTÁ DISPONÍVEL A POLICIAIS DA PMDF NA PLATAFORMA GOV.BR

Militares da corporação podem acessar a versão digital do documento através do aplicativo GOV.BR

Policiais militares do Distrito Federal já contam com a versão digital de sua Carteira de Identidade Militar na plataforma GOV.BR. O documento tem a mesma validade que o físico, com a praticidade do acesso na palma da mão através do celular no aplicativo GOV.BR. A identidade digital tem validade em todo o país e permite que o militar acesse seus dados sem a necessidade de ter o documento físico em mãos, o que garante mais segurança contra perdas e roubos.

Mais de 23 mil policiais militares ativos, da reserva e reformados poderão acessar o documento na versão digital. Resultado da parceria entre a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e a Secretaria de Governo Digital (SGD) do Ministério da Economia, com apoio do Serpro, a identidade militar junta-se a outros disponíveis na carteira do GOV.BR, como a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) Digital. O documento facilita o acesso a outros serviços públicos no aplicativo, como a Prova de Vida, que também está disponível no formato digital aos policiais distritais. A identidade está acessível ainda para o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (CBMDF) e os militares das Forças Armadas, tanto os da ativa quanto os da reserva.

“A versão digital da identidade militar é uma solução tecnológica inovadora que mostra nossa capacidade em atender às necessidades de todos os cidadãos de forma ágil e segura. O documento permite ainda a integração com a Prova de Vida e mais de 4 mil serviços disponíveis na plataforma, acessíveis a qualquer dia da semana e de qualquer lugar do país”, afirmou o secretário de Governo Digital, Fernando Coelho Mitkiewicz.

“A identidade digital traz mais segurança de dados e também praticidade para o dia a dia. A inovação é um caminho sem volta e a corporação está atenta em possibilitar a comodidade em baixar o documento no celular com fácil acesso, além validar de forma legítima via QR Code”, informou a chefe do Departamento de Gestão de Pessoal da PMDF, coronel Ana Paula. “A Diretoria de Pessoal juntamente com a Diretoria de Telemática da PMDF estão em fase de implementação

de forma a disponibilizar o benefício a todo efetivo da corporação. Vamos iniciar o projeto das identidades digitais, primeiramente aos formados no Curso de Formação de Praças IX e os atuais aspirantes a oficial e assim a Seção de Identificação irá fazer paulatinamente a inclusão das identidades digitais no sistema GOV.BR", acrescentou.

Como acessar
Para acessar a Identidade Militar digital, é necessário baixar o aplicativo GOV.BR, disponível para smartphones com sistemas operacionais iOS e Android. Na página inicial do aplicativo, precisa clicar em 'Carteira de documentos' e, depois, no ícone '+', selecionar o documento desejado e clicar em "Adicionar documento". Logo depois, o documento aparece na carteira de documentos.

O documento digital no GOV.BR está disponível apenas para usuários que tenham níveis de identificação prata ou ouro na plataforma. Para aumentar o nível, o cidadão deve fazer o login com suas credenciais da internet banking ou realizar o reconhecimento facial no aplicativo. O reconhecimento das informações de identificação do militar só é realizado com policiais que já tenham emitido a carteira em policarbonato, por conta da digitalização dos dados.

O sistema exige uma revalidação do documento sempre que o militar é promovido ao próximo posto ou graduação. A validade para os alunos do curso em formação da PMDF segue até a conclusão do curso. Para os soldados, o documento terá três anos de validade, após esse período, será renovado por mais quatro anos. A partir daí, segue com a validação até sua promoção. Para os militares inativos, a identidade militar digital está condicionada à realização anual da Prova de Vida, que também está disponível digitalmente através do GOV.BR.
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 22/12/2022

Portogente
Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

CONFEDERAÇÃO DOS TRANSPORTES ACIRRA O DEBATE DOS PORTOS
Editor Portogente

Na China, as pessoas produziam bens para o comércio, ao contrário da Europa, que ainda tinha uma economia feudal. (Cargas/Greg Clydesdale)

É polêmica a posição manifestada pelo presidente, da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Vander Costa, em ofício enviado ao vice-presidente da República do governo eleito, Geraldo Alckmin. Ao considerar fundamental a manutenção da atual estrutura do ministério da Infraestrutura: de maneira unificada e integrada, com o comando sobre todos os modais do setor, contradiz fatos. Parece que essa alegação não leva em conta a real situação dos portos, que há muito precisa mudar, e o modelo atual de ministério, há década, vem se mostrando ineficaz.

Leia ainda * Uma gestão para inovar o Porto de Santos
https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115160-uma-gestao-para-inovar-o-porto-de-santos

Nas últimas duas décadas, a governança dos portos vem mudando, no mundo. As relações público-privadas buscam ser mais ágeis, com as novas tecnologias da informação, que ampliam a capacidade de monitorar, do dono da carga. A crise financeira num crescendo e escassez global, obrigam os governos a fazerem mais com menos. Talvez o presidente da CNT desconheça a

realidade do Porto de Santos, cujas políticas são formuladas pelo modelo de ministério que ele propugna e a sua resultante vai no sentido contrário do desenvolvimento. No que diz respeito a alcançar resultados, metas não foram atingidas, caracterizando uma estrutura dispersa e desintegrada.

Leia também * Porto de Santos menor do que seu papel
https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115087-porto-e-a-cidade-de-santos-tem-uma-relacao-defeituosa

A realidade dos maiores portos do mundo é consequência de gestões competentes, comprometidas com metas no processo de competitividade, com projetos robustos e investimentos intensivos. Propósitos que em 1975 motivaram a criação da extinta Portobrás, cujo período exitoso deu-se na gestão do saudoso engenheiro Arno Oscar Markus. No segundo mandato do presidente Lula, foi criada a Secretaria Especial de Portos, com o papel de assessorar o presidente da República e formular políticas para o desenvolvimento do setor, como foram os programas de dragagem e do porto sem papel, um sistema digitalizado moderno de troca de informações.

Leia mais * TCU expõe um Porto de Santos com futuro ameaçado
https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115099-tcu-expoe-um-porto-de-santos-com-futuro-ameacado

O modelo de ministério de Transportes propugnado pelo presidente da CNT junto ao próximo governo federal, representa os últimos quatro anos ruidosos e de atraso dos portos brasileiros, incluindo um privilégio acintoso, em troca de apoio eleitoral, aos portos do Paraná. Um movimento impulsionando a privatização, que o único processo realizado, e mal-acabado do Porto de Vitória / ES, tem conclusão duvidosa. Em poucas palavras, foi um desmonte dos principais portos brasileiros. Portanto, é fundamental reeditar a SEP do segundo mandato do presidente Lula.

Confira * Ministério da Infraestrutura conflita com a Cidade de Santos
https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114894-ministerio-da-infraestrutura-conflita-com-a-cidade-de-santos

Vem sendo aventada a hipótese de ser criado o ministério ou secretaria dos Portos e Aeroportos. Não é o ideal, mas se traduz por um significativo avanço na concentração de esforços atrelados a propósito, em que a autoridade portuária tem papel central e o Conselho de Autoridade Portuária – CAP deve reconquistar o seu papel deliberativo, bem como fortalecer a participação da comunidade do porto. Pautas essas que são mais bem negociadas no âmbito de um setor ad hoc, cuja finalidade é fomentar produtividade no porto. Um debate em que portos e CNT, juntamente, têm a mesma realidade a tratar, da movimentação mais ágil de mercadorias e pessoas nas logísticas intermodais, por terra, ar e água.

Leia ainda
**** Luz sobre a realidade da desestatização do Porto de Santos***
https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114767-luz-sobre-a-realidade-da-desestatizacao-do-porto-de-santos

**** CNT apoia manutenção unificada de Ministério responsável pelos Transportes e Infraestrutura***
https://portogente.com.br/noticias/transporte-logistica/115161-cnt-e-favoravel-a-manutencao-do-ministerio-responsavel-pelos-transportes-e-infraestrutura-unificado

Portogente, líder entre os concorrentes, amplia essa conversa na web. A produtividade do comércio marítimo do Brasil será o grande trunfo para um enfrentamento exitoso da turbulência na economia global que se aproxima. Para conquistar novas oportunidades e fortalecer relações com mercados globais, portos produtivos são determinantes, para entregar no tempo certo e por menor custo. Esse debate aberto, sem fronteiras e conectando o mundo, tem início no pé desta página.

Leia mais * Os portos e as logísticas na visão do PT: respostas ao Portogente
https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114967-os-portos-e-as-logisticas-na-visao-do-pt-respostas-ao-portogente
Fonte: Portal Porto Gente
Data: 22/12/2022

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – RESTRIÇÃO A CAMINHÕES NO FERIADO DE NATAL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) anunciou que vai restringir o tráfego de caminhões e demais veículos de cargas, carregados ou não, nas rodovias BR-277 e BR-376, no Paraná, em horários específicos durante o feriado de Natal. A medida terá início amanhã (23) e continuará até o dia 26. As duas vias estão entre as principais da Região Sul.

Enquanto a primeira percorre o Paraná de oeste a leste, indo de Foz do Iguaçu a Paranaguá, a segunda liga o interior do estado ao Rio Grande do Sul. A BR-277 será afetada no trecho que vai da capital, Curitiba, ao Porto de Paranaguá. Já a BR-376 terá o tráfego de cartas proibido em seu percurso paranaense.

Trata-se de uma medida importante para a segurança nas estradas, que registram uma maior circulação de veículos de passeio nesses feriados. E avisada com antecedência, permite a transportadores e operadores portuários replanejarem suas atividades, de modo a reduzir o impacto dessas restrições em suas atividades. A própria Portos do Paraná, a autoridade portuária do estado, já informou que tal decisão terá um impacto mínimo na movimentação de caminhões e nas operações do complexo marítimo de Paranaguá e Antonina.

A segurança nas estradas é um dos valores prioritários no setor de transportes e, com medidas como essa avisadas de forma antecipada, é possível restringir o deslocamento de cargas sem grandes impactos nas atividades econômicas relacionadas. Uma iniciava necessária e acertada, principalmente pelo modo inteligente de ter sido implantada.
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 22/12/2022

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

MINISTÉRIO 1

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) participa da cerimônia de encerramento dos trabalhos do gabinete de transição hoje, às 9h30, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), em Brasília. E há uma expectava de que o petista divulgue mais nomes - talvez 18 - de seus futuros ministros. Lula afirmou que aguardava a aprovação da PEC da Transição na Câmara, ocorrida ontem, para saber como cada pardo votaria e, assim, poder verificar quem efetivamente integrará seu bloco de apoio e terá aproveitada a indicação para chefiar um ministério. O futuro chefe do Executivo terá 37 pastas, a fim de abrigar as legendas que vão apoiá-lo.

MINISTÉRIO 2

Um dos pardos que darão base a Lula, o PSD deve ter dois ministérios. Um deles deve ser o da Infraestrutura, que cuidará apenas de rodovias e ferrovias e será rebatizado como Ministério dos Transportes. O indicado para a pasta é o senador Alexandre Silveira (PSD-MG), que não foi reeleito.

Ontem, Silveira, homem de confiança do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, também aparecia como indicado para Minas e Energia.

MINISTÉRIO 3

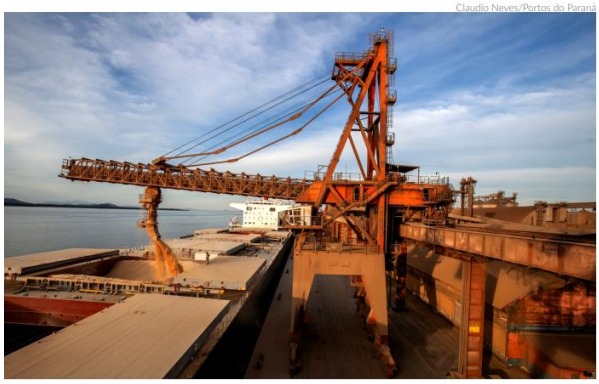
Outro nome forte para compor o ministério de Lula é o do ex-governador de São Paulo, Márcio França (PSB). Ele já foi cotado para ser ministro das Cidades, da Ciência e Tecnologia e, mais recentemente, de Portos e Aeroportos (pasta criada a partir da divisão do Ministério da Infraestrutura). Já o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB) aparece como favorito para comandar a pasta de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

MINISTÉRIO 4

Coordenadora do grupo de trabalho de Infraestrutura da equipe de transição, a ex-ministra do Planejamento Míriam Belchior estava cotada para chefiar a pasta da Infraestrutura, antes desta ser dividida entre a de Transportes e a de Portos e Aeroportos. Agora, é dado como certo de que ela será a secretária-executiva da Casa Civil. Ligado à Míriam, o ex-ministro-chefe da Secretaria de Portos Maurício Muniz havia sido sondado para voltar a coordenar o órgão, quando este ainda integrava a Infraestrutura. Nos últimos dias, com o apoio da ex-ministra e também da ex-presidente Dilma Rousseff, ele aparece como favorito para presidir a Petrobras.
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 22/12/2022

NACIONAL - COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO ALCANÇA SUPERÁVIT DE US$ 60 BILHÕES NO ANO

As exportações somaram US$ 323,54 bilhões, com alta de 20% sobre 2021. Já as importações totalizaram US$ 263,52 bilhões, um aumento de 25,1%
Por BÁRBARA FARIAS barbara@portalbenews.com.br



Em dezembro, até a terceira semana, as vendas de milho puxaram as exportações, com 282 mil toneladas por média diária (+156,1%)

O comércio exterior brasileiro alcançou superávit de US$ 60,02 bilhões no acumulado do ano até a terceira semana deste mês, saldo 1,8% maior que o de 2021. Isso porque as exportações somaram US$ 323,54 bilhões, com alta de 20%, enquanto as importações totalizaram US$ 263,52 bilhões (+25,1%). Os dados foram divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia.

Segundo a Secex, a corrente de comércio (soma das exportações e importações) aumentou 22,2%, atingindo US$ 587,06 bilhões de janeiro até a terceira semana deste mês.

Apenas em dezembro, o superávit chegou a US$ 2,49 bilhões, com crescimento de 18,9%, e a corrente de comércio alcançou US$ 27,87 bilhões, com aumento 19,1%. Os números refletem o desempenho das exportações, que chegaram a US$ 15,18 bilhões, e das importações, que totalizaram US$ 12,69 bilhões, ambas com crescimento de 19,1% até a terceira semana.

Desempenho dos setores
Por setores de atividade econômica, a Secex registrou crescimento de 35,8% nas exportações da agropecuária, que somaram US$ 2,69 bilhões; de 41,1% nas da indústria extrativa, que chegaram a US$ 4,42 bilhões; e de 5,8% na indústria de transformação, com US$8,01 bilhões.

Nas importações, houve aumento de 3,8% em agropecuária, que somou US$ 256,24 milhões; de 40,1% em indústria extrativa, chegando a US$ 1,16 bilhão; e de 19,2% em indústria de transformação, que alcançou US$ 11,18 bilhões.

Produtos
Em dezembro, até a terceira semana, a expansão das exportações foi puxada, principalmente, pelo crescimento nas vendas de milho não moído, exceto milho doce (+156,1%, 282 mil toneladas por média diária) na agropecuária; carvão, mesmo em pó, mas não aglomerado (131.910,2%, 6.250 mil toneladas por média diária) na indústria extrativa; açúcares e melaços (112,2%, 158,6 mil toneladas por média diária), tabaco, desqualificado ou desnervado (169,3%, 2 mil toneladas por média diária) na indústria de transformação.

Já nas importações, no mesmo período, as maiores compras foram de minérios de cobre e seus concentrados (255,1%, 470 toneladas por média diária) e óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (375,9%, 88,5 mil toneladas por média diária) na indústria extrativa.
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 22/12/2022

NACIONAL - ANAC ABRE INSCRIÇÕES PARA A 4ª EDIÇÃO DO PROGRAMA "AEROPORTOS SUSTENTÁVEIS"

Operadores aeroportuários podem se inscrever até 27 de janeiro de 2023
Por BÁRBARA FARIAS barbara@portalbenews.com.br

Divulgação

Os aeroportos participantes pontuam e acordo com o exigido em edital; serão avaliadas iniciavas voltadas à redução dos impactos ambientais da operação aeroportuária

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) está com inscrições abertas para a 4ª edição do projeto "Aeroportos Sustentáveis". O objetivo é incentivar o desenvolvimento e aprimoramento de melhores práticas de sustentabilidade, avaliando a gestão ambiental nos aeroportos brasileiros.

O programa é um prêmio criado pela Anac que busca não só incentivar práticas sustentáveis no setor aéreo como também dar visibilidade às ações positivas já implementadas nos aeroportos do País.

A participação no programa é voluntária. Os aeroportos participantes pontuam de acordo com o atendimento a critérios estabelecidos em edital; serão avaliadas iniciavas voltadas à redução dos impactos ambientais da operação aeroportuária.

A metodologia para avaliação possui critérios que consideram temas como manejo de resíduos, uso de energia renovável e redução de emissões de poluentes. Os aeroportos competirão em grupos, de acordo com o número de passageiros processados anualmente, de forma que a classificação será independente em cada grupo. Os aeroportos com melhores classificações de cada categoria são reconhecidos pela agência.

Inscrições
Os operadores aeroportuários ou proprietários de aeroportos podem se inscrever para participar do programa "Aeroportos Sustentáveis" até 27 de janeiro de 2023. Para a inscrição, basta encaminhar um e-mail para meioambiente@anac.gov.br sinalizando interesse em participar do projeto. A equipe responsável entrará em contato com mais informações, fornecendo o formulário eletrônico de

avaliação das medidas adotadas pelo aeroporto. O formulário deverá ser preenchido até 17 de fevereiro de 2023.
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 22/12/2022

REGIÃO SUDESTE - ACS COMPLETA 152 ANOS COM ATENÇÕES VOLTADAS PARA A MODERNIZAÇÃO

Entidade investe na prestação de serviços online aos associados e na participação em movimentos que debatem o futuro da sociedade
Por BRUNO MERLIN redacao@portalbenews.com.br

Para comemorar os 152 anos da Associação Comercial de Santos em um novo espaço, a direção revitalizou o Salão de Mármore da sede

A Associação Comercial de Santos (ACS) completa 152 anos de fundação neste dia 22 de dezembro com protagonismo no desenvolvimento do município portuário e de seus arredores. Com a missão de "encontrar soluções uniformes e sustentáveis para as questões empresariais" de Santos e região, a entidade está investindo na prestação de serviços online aos associados e na participação em movimentos que debatem o futuro da sociedade, incluindo o papel de destaque nas iniciavas do Brasil Export - Fórum Nacional de Logística e Infraestrutura Portuária e a promoção de entrevistas e sabatinas com candidatos à Presidência da República e ao Governo do Estado de São Paulo ao longo deste ano. "Modernização é o grande tema da nossa gestão", resumiu o presidente da ACS, Mauro Sammarco.

O dinâmico cenário empresarial e as inconstantes conjunturas globais apresentam à Associação desafios que só podem ser superados com a implantação das melhores e mais modernas práticas de gestão. Entre as frentes de trabalho destacadas por Sammarco estão a Câmara de Inovação da Associação, o conteúdo educacional oferecido em plataforma online e o programa de desenvolvimento dos colaboradores. "É mesmo um grande desafio tornar moderna uma instituição tão rica em história", resumiu.

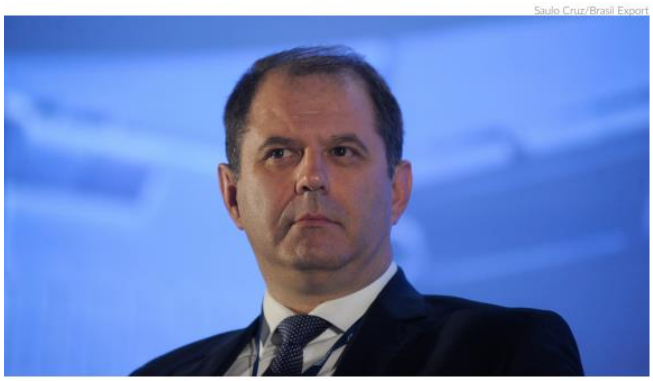
O presidente também enfatizou a atuação da ACS junto às operações do Porto de Santos e as contribuições para a evolução das exportações de café e de outras commodities. A Associação mantém ainda uma gama muito diversificada de Câmaras Setoriais que vão muito além do porto santista e incluem bancos, comércio varejista, turismo e saúde.

Para comemorar os 152 anos da ACS em um novo espaço, a direção revitalizou o Salão de Mármore da sede instalada no centro da cidade santista. A decoração do local conta com um mobiliário histórico, com destaque para a réplica de um telefone utilizado no final do século XIX, revelando que a ACS foi a proprietária da primeira linha telefônica da história de Santos. De acordo com Sammarco, é importante reforçar a importância histórica da Associação, sem perder de vista temas relevantes para o presente e o futuro da sociedade, como a agenda ESG e o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). "Atendemos a todos os setores econômicos da região buscando oferecer o que há de melhor para contribuir com o desenvolvimento de Santos e região", concluiu.
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 22/12/2022

REGIÃO SUDESTE - SOPESP CHEGA AOS 29 ANOS CELEBRANDO O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO PORTUÁRIO

Sindicato foi fundado em 1993, mesmo ano da aprovação da Lei de Modernização dos Portos
Por BRUNO MERLIN redacao@portalbenews.com.br

Criado em 1993 como consequência da aprovação da Lei 8.630 (de Modernização dos Portos), o Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp) completa 29 anos neste dia 22 de dezembro com pauta ampla e maciça participação dos executivos de seus associados. Na época da fundação da entidade, empresas de perfis diversificados passaram a arrendar, investir e explorar instalações portuárias nos portos públicos. O Sopesp assumiu, assim, o papel de promover negociações com os sindicatos laborais e de colaborar com a atuação do Órgão de Gestão de Mão de Obra (Ogmo) local.



O presidente do Sopesp, Régis Prunzel, destacou a presença do sindicato nas principais discussões para a regulamentação das operações portuárias e sobre temas estratégicos

Desde então, a instituição esteve presente nas principais discussões para a regulamentação das operações portuárias e também sobre temas estratégicos para aumentar a competividade de seus associados. O presidente do Sopesp, Regis Prunzel, exemplifica o trabalho com o papel de protagonismo da instituição nas ações para aprimorar os acessos rodoviário, ferroviário e marítimo aos terminais, com destaque para a recente assinatura de contrato pelo Ministério da Infraestrutura para a nova composição da administradora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips).

“Preciso destacar o trabalho executado pelo me executivo e pelos conselhos Diretor e Fiscal nos últimos anos. Nosso objetivo é o de aproximar os associados do Sopesp e fazer com que os seus respectivos executivos participem ativamente das ações estratégicas envolvendo os operadores portuários do estado de São Paulo”, declarou.

O crescimento do volume de cargas movimentadas no Porto de Santos, avaliou Prunzel, é resultado direto dos investimentos realizados pelos associados do Sopesp e da confiança depositada no setor portuário como um todo. Ele disse identificar interesse crescente dos profissionais que atuam em cargos de comando em participar de discussões para o desenvolvimento das operações e destacou o trabalho em conjunto com os órgãos intervenientes que atuam e fiscalizam os serviços prestados pelos arrendatários.

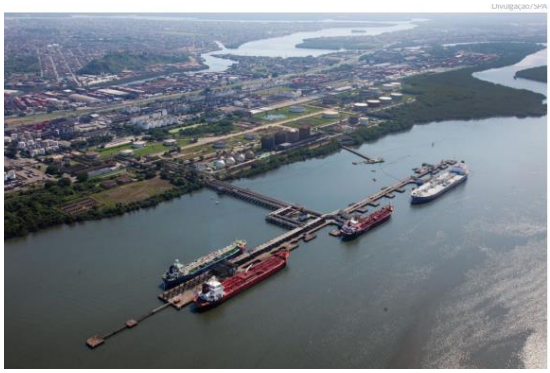
Em um exercício de reflexão sobre os 29 anos do Sindicato, Prunzel também elogiou as tratavas negociais feitas nos últimos anos junto aos sindicatos laborais, em especial às categorias diferenciadas e destacadas na Lei 12.815/ 2013. “O diálogo é o único caminho. O Ogmo faz um excelente trabalho na organização da mão de obra. Hoje, o Sopesp atua dentro de um contexto de muita evolução e desenvolvimento, atendendo aos seus associados”.
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 22/12/2022

REGIÃO SUDESTE - PORTO DE SANTOS SUPERA EM NOVEMBRO SUA MOVIMENTAÇÃO RECORDE DE 2021

Complexo portuário já operou 150,4 milhões de toneladas de cargas e projeta encerrar o ano com mais de 160 milhões

Por BÁRBARA FARIAS barbara@portalbenews.com.br

O Porto de Santos (SP) já superou em 11,5%, no mês de novembro, toda a sua movimentação de cargas de 2021. Ao todo, 150,4 milhões de toneladas de mercadorias passaram pelo complexo portuário em 11 meses. Em todo o ano passado, foram 147 milhões de toneladas. Mas, com os resultados deste ano, a Santos Port Authority (SPA) já projeta encerrar 2022 com mais de 160 milhões de toneladas operadas.



A movimentação de contêineres no porto manteve o crescimento de 5,3% em comparação ao ano anterior, totalizando 4,6 milhões de TEU

A PARTICIPAÇÃO ACUMULADA DO PORTO DE SANTOS NA CORRENTE COMERCIAL BRASILEIRA SE MANTEVE NO PATAMAR DE 29%. EM TORNO DE 25% DAS TRANSAÇÕES COMERCIAIS DO BRASIL COM O EXTERIOR QUE PASSARAM PELO COMPLEXO PORTUÁRIO DE SANTOS TIVERAM A CHINA COMO PAÍS PARCEIRO

Segundo o balanço divulgado pela Autoridade Portuária, os embarques aumentaram 15,7%, chegando a 109,8 milhões de toneladas. Já os desembarques totalizaram 40,6 milhões de toneladas, com alta de 1,5%.

Os produtos do agronegócio continuaram em destaque ao longo do ano, principalmente a soja em grão (+12,2%), o milho (+85%), a celulose (+57,2%) e as carnes (+29,4%).

A movimentação de contêineres também manteve crescimento, de 5,3% em comparação ao ano anterior, totalizando 4,6 milhões de TEU (unida de equivalente a um contêiner de 20 pés), também a maior marca para o período.

De acordo com a SPA, todos os segmentos de carga apresentaram crescimento significativo e estabeleceram suas maiores marcas para o período. A carga geral solta cresceu 42,3%, somando 8,9 milhões de toneladas, com destaque para a celulose (7,4 milhões de toneladas). Os granéis sólidos tiveram alta de 16,7%, acumulando 76,2 milhões de toneladas, com destaque para os embarques de soja em grão (25,4 milhões de toneladas), milho (13,3 milhões de toneladas) e açúcar (18,9 milhões de toneladas) e para as descargas de fertilizantes (7,4 milhões de toneladas). Os granéis líquidos somaram 17,4 milhões de toneladas, alta de 4,6%, sobressaindo-se o óleo combustível (2,8 milhões de toneladas) e os sucos cítricos (2,4 milhões de toneladas).

O fluxo de navios nos 11 meses do ano foi de 4.757 atracações, um crescimento de 7,4%.

A movimentação no mês de novembro também foi recorde, atingindo 12,2 milhões de toneladas, um crescimento de 8,2% sobre o mesmo mês do ano passado, caracterizando-se também como a maior marca para o mês de novembro. Foram 378 mil TEU (unidade equivalente a 1 contêiner de 20 pés) movimentados no mês.

Corrente comercial

A participação acumulada do Porto de Santos na corrente comercial brasileira se manteve no patamar de 29%. Em torno de 25% das transações comerciais do Brasil com o exterior que passaram pelo complexo portuário de Santos veram a China como país parceiro. O Estado de São Paulo se manteve com a maior participação (44,1%) nas transações comerciais com o exterior por meio do Porto de Santos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 22/12/2022

REGIÃO SUL - PRF RESTRINGE TRÁFEGO DE CAMINHÕES NAS RODOVIAS DO PARANÁ DURANTE O NATAL

Veículos de carga, carregados ou não, serão proibidos de circular em horários determinados na BR-277 e na BR-376, entre amanhã e o dia 26
Por BÁRBARA FARIAS barbara@portalbenews.com.br

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) irá restringir o tráfego de caminhões nas rodovias BR 277 e BR 376, no Paraná, em horários determinados, no feriado de Natal, entre amanhã (23) e o dia 26. As informações são da Portos do Paraná, empresa que administra os portos de Paranaguá e Antonina.

A Autoridade Portuária esma impacto mínimo na movimentação de caminhões no Pátio de Triagem do Porto de Paranaguá (PR) e, consequentemente, nas operações portuárias

A determinação da PRF vale para veículos de carga, carregados ou não.

Na BR 277, no sendo Paranaguá (descida), o tráfego de caminhões ficará proibido amanhã, das 12h às 23h59, e no sábado (24), das 6h às 23h59. Na subida, sendo Curitiba, a proibição entrará em vigor no domingo (25), das 12h às 23h59, e na segunda-feira (26), das 6h às 12h.

Na BR 376 (PR/SC), a circulação será proibida em todos os sentidos amanhã, das 14h às 23h59, no sábado, das 6h às 18h, no domingo, das 14h às 23h59, e na segunda-feira, das 6h às 12h.

Os veículos flagrados circulando nestes períodos serão retidos nos postos pela Polícia Rodoviária Federal.

Impacto nos portos
Procurada, a Autoridade Portuária informou que esma um impacto mínimo na movimentação de caminhões no Pátio de Triagem do Porto de Paranaguá (PR) e, consequentemente, nas operações portuárias, no entanto, esclarece que isso já é esperado nesta época do ano.

Ainda de acordo com a Portos do Paraná, os terminais já estão se preparando para o fim do ano e, por enquanto, não há agendamentos de veículos de carga para o período.
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 22/12/2022

REGIÃO NORDESTE - CONSELHO NACIONAL APROVA INSTALAÇÃO DE REFINARIA NA ZPE CEARÁ

O investimento no projeto é de US$ 1,1 bilhão, liderado pela empresa Noxis Energy
Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br

O Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE) aprovou na segunda-feira (20) a instalação de uma refinaria de petróleo na ZPE Ceará, em projeto liderado pela empresa brasileira Noxis Energy. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União.

O projeto industrial da Reinaria de Petróleo Pecém Ltda será administrado pela Noxis Pecém, que é 50% da Eitan, empresa israelense, e 50% da Noxis Energy. Os sócios internacionais possuem produção na Guiana. O investimento é da ordem de US$ 1,1 bilhão.

A unidade que será construída no Setor 2 da ZPE cearense será voltada para refino de combustíveis

A unidade, que será construída no Setor 2 da ZPE cearense, será voltada para refino de combustíveis como GLP, gasolina A, diesel automovo, diesel marítimo (MGO) e óleo combustível marítimo (bunker), utilizado por navios. O aval também permite a exportação dos produtos.

A confirmação do Conselho fortalece o pré-contrato que a Companhia tinha assinado com Governo do Ceará em fevereiro deste ano, prevendo investimento de US$ 400 milhões para desenvolver e implantar a refinaria.

Segundo o governo estadual, a refinaria vai gerar 150 empregos diretos e cerca de 3 mil indiretos. O principal produto será o óleo combustível marítimo (bunker), com a capacidade de refino de 50 mil barris por dia. Na implantação total, a produção prevista é de 1,5 milhão de toneladas/ano de combustível. A previsão é que as operações sejam iniciadas em 2026.

A Noxis Energy, que tem sede no Rio de Janeiro, pode ser uma das primeiras a se instalar no Setor 2 da ZPE Ceará, que tem uma área geral de 1.911 hectares livres para se rem ocupados.

A ideia é trazer petróleo do Campo de Búzios, refinar na unidade e abastecer navios, contando também com a possibilidade de exportar os produtos.

A autorização do Conselho Nacional das ZPEs era uma das medidas necessárias para o andamento do projeto. O próximo passo é a obtenção da licença ambiental para a implantação.

Eduardo Neves, presidente da ZPE Ceará, disse que a política de incentivos da zona exportadora no Estado torna a refinaria uma realidade.

"Já contamos com a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) e, agora, teremos também a instalação da refinaria de petróleo da Noxis Energy, que ficará localizada no nosso Setor 2. É mais investimento, emprego e renda para todo o Estado", declarou.

Noxis Energy
A Noxis Energy trabalha principalmente no refino de petróleo utilizando recentes tecnologias em plantas instaladas em locais estratégicos ao longo da costa brasileira.
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 22/12/2022

REGIÃO NORDESTE - PORTO DE SUAPE RENOVA CERTIFICAÇÕES E AGUARDA ANÁLISE DE OUTRAS TRÊS

Validações são relacionadas a desempenho ambiental, responsabilidade social, e qualidade e gestão
Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br

O Complexo Industrial Portuário de Suape, em Pernambuco, recebeu, na última semana, a renovação de três certificações e se credenciou a mais três, que serão analisadas no início do ano que vem.

As validações são relacionadas ao ISO 14.001:2015 (desempenho ambiental), NBR 16.001:2012 (responsabilidade Social), e ISO 9.001:2015 (qualidade e gestão). E os credenciamentos são para o ISO 37301 (gestão de compliance); ISO 45001 (segurança e saúde ocupacional), e ISO 14001 (desta vez, ampliada para todo o complexo).

A renovação do ISO de desempenho ambiental foi conquistada pelo projeto do Viveiro Florestal da estatal

A renovação do ISO de desempenho ambiental foi conquistada pelo projeto do Viveiro Florestal da estatal, que oferece benefícios ambientais decorrentes da produção de mudas nativas da Mata Atlântica. Quanto aoNBR16.001:2012, a validação tem a ver com o trabalho de responsabilidade social feito com a comunidade anexa ao viveiro e no entorno do porto. Já o ISO 9.001:2015 foi legitimado pela qualidade na gestão da movimentação portuária e das empresas privadas que atuam no atracadouro.

“A busca pelas certificações vem com o intuito de reafirmar o compromisso que a empresa Suape tem com a entrega de produtos e serviços nos escopos de gestão portuária, responsabilidade socioambiental e gestão empresarial, produzidos com base na ética, na responsabilização, transparência e respeito aos direitos humanos”, declarou a coordenadora de Certificações da estatal, Rafaella Viana.

Rafaella destacou ainda a importância de estar em conformidade com os requisitos legais, “buscando a perenidade e sustentabilidade dos negócios, do meio ambiente e da sociedade. Estamos muito felizes com as entregasde2022”, completou.

Com a adesão ao Sistema de Gestão Integrada (SGI), a empresa informou ainda que tem o propósito de aumentar o nível de organização interna, ampliar a competitividade no mercado, facilitar o controle da administração e oferecer melhoria continua, corrigindo erros, reduzindo custos e processos ineficientes.

“As certificações são o caminho das organizações que planejam crescimento, pois atestam a qualidade e o desempenho das empresas frente aos clientes e stakeholders no país e no exterior”, afirmou o diretor-presidente de Suape, Francisco Martins.
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 22/12/2022

JORNAL O GLOBO – RJ

LULA DEVE TIRAR SEIS ESTATAIS DE LISTA DE PRIVATIZAÇÕES. VEJA QUAIS SÃO

Relatório da transição lista empresas que continuarão sob controle do governo federal
Por Bernardo Mello Franco

O presidente eleito Lula anunciou na semana passada que vai interromper as privatizações. Nesta quinta, o relatório da transição deu pistas de como isso será feito a partir de janeiro.

O documento lista seis empresas que deverão ser mantidas sob controle do governo federal. São elas: Petrobras, Correios, EBC, Nuclep, PPSA e Conab.

A transição propôs que Lula edite um despacho orientando os ministérios a revogar atos relativos a processos de desestatização.

Lula no anúncio do relatório da transição Agência O Globo
Segundo o relatório, serão interrompidos processos em "etapas preparatórias e ainda não concluídas" de privatização.

— Vão acabar privatizações nesse país. Já privatizaram quase tudo e vamos provar que algumas empresas públicas vão poder mostrar a sua rentabilidade — avisou Lula no último dia 14.
Fonte: O Globo - RJ
Data: 22/12/2022

MÁRCIO FRANÇA É ANUNCIADO MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS: 'SETOR VITAL E ESTRATÉGICO PARA O PAÍS'

O político foi governador de São Paulo em 2018 após Alckmin renunciar para concorrer à Presidência naquele ano
Por Geralda Doca — Brasília

Ex-governador Márcio França (PSB) abriu mão de disputar o Palácio dos Bandeirantes em prol de Fernando Haddad Edilson Dantas/Agência O Globo

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, anunciou nesta quinta-feira o nome de Márcio França Gomes como o seu futuro ministro de Portos e Aeroportos – pasta que está sendo recriada. Advogado, ele se filiou há 34 anos ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), legenda em que permanece até hoje. Lula anunciou 16 ministros hoje.

França, 59 anos, é filho de médico, trabalhou como oficial de justiça, foi prefeito de São Vicente (SP), deputado federal e governador de São Paulo entre 2018 e 2019. Ele assumiu o cargo após a renúncia de Geraldo Alckmin para concorrer à Presidência. Ele era vice de Alckmin e concorreu à reeleição, mas perdeu em segundo turno para João Doria (PSDB).

Nas redes sociais, ele agradeceu a confiança de Lula e Alckmin: "Assumo o desafio de comandar este setor vital e estratégico para o Brasil, que é o Ministério de Portos e Aeroportos, a partir de 2023. O futuro que queremos para o nosso país de proporções continentais passa pela tarefa de ampliarmos e modernizarmos nossos Portos e Aeroportos", disse.

Segundo pessoas próximas, a lealdade é uma das principais características de França. Ele é criativo e gosta de pensar “fora da casinha,” disse um amigo próximo. Ele disse em uma entrevista em maço que a ideia de que Alckmin pudesse se tornar vice de Lula foi uma ideia sua.

Após uma disputa velada com Fernando Haddad (PT) para ser o candidato de Lula ao governo de São Paulo, aceitou concorrer ao Senado na chapa do futuro ministro da Fazenda: ambos perderam a eleição para bolsonaristas.

Durante a greve dos caminhoneiros em 2018 e que paralisou o país por dez dias, coube a França — então governador — a iniciativa de chamar os caminhoneiros ao Palácio Bandeirantes, na tentativa de buscar uma solução. Agiu antes do governo federal.

Ele é conhecido pela habilidade em construir alianças, disse uma pessoa próxima. França foi eleito deputado federal em 2006 e atuou como líder do PSB e de um bloco formado por deputados filiados a várias siglas. Foi reeleito em 2010.

Além de governador, ele foi secretário estadual de Esporte, Lazer e Turismo e secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação de São Paulo.
Fonte: O Globo - RJ
Data: 22/12/2022

'REGRA FISCAL NÃO FAZ MÁGICA', AFIRMA O ECONOMISTA E PESQUISADOR DO INSPER MARCOS MENDES

Especialista reforça que o controle de despesas deve estar no centro de nova regra fiscal que deve ser entregue pelo novo governo até meados de 2023
Por Vitor da Costa — Rio de Janeiro

O economista e pesquisador do Insper, Marcos Mendes Pedro Ladeira/Folhapress

A redução de dois para um ano e outras alterações realizadas pela Câmara no texto da "PEC de Transição" não diminuem o risco fiscal do país, tendo mais impactos políticos do que econômicos. Essa é avaliação do economista e pesquisador associado do Insper, Marcos Mendes.

O economista destaca que, quando há um ambiente favorável ao aumento de gastos, como o atual, não há regra fiscal que evite o avanço das despesas. Para Mendes, a discussão de uma nova âncora fiscal deve passar pelo controle das despesas e não pela trajetória da dívida.

Como avalia as alterações feitas no texto apresentado?

Foram cortados alguns excessos, como permitir gasto fora de teto com dinheiro emprestado do Banco Mundial e de agências internacionais, mas o que ficou ainda é muito problemático.

A redução de dois para um ano tem pouca relevância em termos fiscais. A maior parte da despesa que vai ser aumentada agora é obrigatória e rígida. Daqui a um ano, você não vai reduzir essa despesa.

Continuamos com valores muito altos. Temos R$ 168 bilhões mais algumas despesas com universidades e institutos de pesquisa, você chega a R$ 170 bilhões. Mas, além da PEC, estão acontecendo outras coisas, como a PEC que prevê que a União pague o custo do piso salarial dos enfermeiros. Nas contas do mercado, isso dá R$ 18 bilhões.

Qualquer coisa acima de R$ 190 bilhões, vai ser muito difícil você controlar a trajetória da dívida no ano que vem.

E o relator do Orçamento já avisou que vai corrigir o teto acima da inflação, porque ele vai usar a taxa de inflação esperada quando o governo mandou o projeto de Orçamento. E de lá para cá, essa taxa caiu. Só essa diferença dá mais de R$ 24 bilhões de despesas.

Você ainda tem a liminar do ministro Gilmar Mendes para o Bolsa Família ser pago fora do teto. E não tem nada na liminar que diga que, caso seja aprovada uma PEC, ela não possa ser usada. Há uma série de medidas paralelas à PEC, que aumentam a despesa e a incerteza mais à frente.

Um dos argumentos do governo eleito para a aprovação da PEC eram as falhas do Orçamento para 2023 enviado pelo governo Bolsonaro. Com o texto aprovado, ainda restam incertezas sobre o Orçamento?

Não era necessário esse valor de R$ 145 bilhões se você estava preocupado com o aumento do Bolsa Família e algumas despesas como Farmácia Popular e fazer complementação do Orçamento.

Você poderia conseguir R$ 20 bilhões reformulando o Auxílio Brasil, que está muito mal desenhado. E ocorreu um processo de avanço sobre o Orçamento, com o aumento de outras despesas, como emendas parlamentares, que comprimiram o Orçamento.

A sociedade brasileira está evitando fazer escolhas de onde evitar despesas. Quando não fazemos essa escolha, acabamos escolhendo inflação, juro alto, baixo crescimento e incapacidade de atender os mais pobres.

Mesmo com a PEC desidratada, o debate sobre cortes de juros deve ser postergado?

Acredito que sim. O mercado, tanto os investidores nacionais quanto principalmente os estrangeiros, não acordaram para o entalo fiscal que estamos criando.

Quando você olha a PEC e outras coisas que estão em volta, você vê que tem um ambiente político muito negativo do lado fiscal e com um Poder Executivo concordando com tudo isso. Estamos criando um ambiente de incerteza muito grande.

O futuro ministro da Fazenda defende que as receitas estão subestimadas no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2023. Mesmo que elas estejam, será suficiente para a alocação de todo o gasto contido na PEC?

A receita cresceu muito principalmente pelo aumento de preços de commodities. O problema é que a gente não controla essa variável. Se ano que vem, dermos a sorte de esses preços continuarem altos, vamos arrecadar, mas e se eles tombarem?

Não é porque a receita está bombando que eu vou poder aumentar a despesa à vontade. E, no Brasil, a maior parte da despesa é obrigatória. Na hora que a receita cair, a despesa não vai cair, porque ela é rígida. E aí você entra em uma crise fiscal.

Acredita que haja espaço para aumento de carga tributária no próximo ano?

Boa parte da receita do governo é vinculada a algum tipo de despesa. Não é trivial fazer ajuste fiscal pelo lado da receita, porque boa parte dele já é comido com despesa obrigatória vinculada.

O nosso sistema tributário é muito ineficiente e qualquer ponto percentual que você aumenta de carga tributária, você inviabiliza uma série de negócios. E a nossa carga tributária já é muito alta.

Como avalia a divisão dos R$ 19,4 bilhões que eram destinados ao orçamento secreto na proposta da PEC?

Não reproduz o modelo do orçamento secreto, porque tem um pouco mais de transparência, mas ainda tem um efeito ruim das emendas sobre o Orçamento. Com relação à metade que vai ser liberada ao governo só em 2024, isso vai ser uma disputa política, na qual a coordenação do Executivo vai tentar direcionar de acordo com suas prioridades.

O Lula está dando um sinal que vai brigar pelo Orçamento. A outra parte, que foi para as emendas individuais, é bastante ruim, porque gera os mesmos efeitos nocivos que as emendas de relator.

Como você enxerga apresentação de uma nova regra de arcabouço fiscal por meio de lei complementar, como ficou decidido?

A PEC diz que o Executivo enviará uma proposta ao Congresso até agosto, mas não diz que ela estará vigente a partir de uma determinada data.

Quando nós fizemos o teto de gastos em 2016, ele foi colocado na Constituição pela experiência com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que era uma lei complementar e foi erodida por outras leis complementares.

Acontece que houve uma deterioração na nossa economia política tão grande, que se começou a mudar a Constituição como quem vai à feira comprar meia dúzia de tomates.

Regra fiscal não faz mágica. Quando você tem uma situação política e institucional em direção a aumentar gastos sem limites, não vai ter regra que segure. E o que temos é um Congresso com um perfil pró-gastos e um Poder Executivo que acredita que aumento de gastos resolve todos os problemas do país.

O que uma nova âncora fiscal deve levar em consideração?

Regra fiscal tem que ser com as despesas, que estão sobre controle. É muito atrasado e ineficiente você fazer meta de dívida, que é algo que você não controla. Você pode até usar a dívida como um farol, mas qualquer regra fiscal tem que ser centrada no controle da despesa.
Fonte: O Globo - RJ
Data: 22/12/2022

APÓS APROVAÇÃO DA 'PEC DA TRANSIÇÃO', GOVERNO PRETENDE ENVIAR PROPOSTA DE NOVA ÂNCORA FISCAL ATÉ JUNHO

Futuro ministro da Fazenda diz que busca regra 'confiável e crível' para substituir teto de gastos
Por Manoel Ventura, Geralda Doca e Bruno Abbud — Brasília

Depois de uma maratona de votações na Câmara e no Senado e de semanas de negociações, o Congresso Nacional concluiu ontem a análise da “PEC da Transição”, que foi promulgada ainda na noite desta quarta-feira. Após a aprovação, o presidente do Senado, Rodrigo Pachego (PSD-MG), convocou sessão para a noite de ontem a fim de promulgar a PEC.

A proposta de emenda à Constituição era considerada prioridade zero do governo eleito de Luiz Inácio Lula da Silva por abrir espaço de R$ 168 bilhões no Orçamento de 2023 para recompor verbas de programas e garantir o cumprimento de promessas de campanha.

Mesmo com a vigência reduzida no Congresso para um ano, a PEC cria uma facilidade para o governo, ao permitir que a âncora fiscal que substituirá o teto de gastos seja proposta por lei, não sendo necessário mudar novamente a Constituição.

Com isso, o futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que pretende enviar ao Congresso um projeto para que se estabeleça um novo arcabouço fiscal ainda no primeiro semestre do ano que vem.

— Desconstitucionalizamos o teto para aprovar um novo arcabouço fiscal, que eu pretendo mandar para o Congresso ainda no primeiro semestre do ano que vem. Se eu puder mandar antes, melhor — disse ontem Haddad, logo após a PEC ser aprovada pela Câmara.

Regra confiável e crível

Haddad afirmou que tentará mandar ao Congresso Nacional o projeto antes do previsto por ele, mas que irá dialogar com economistas e discutir o assunto com Lula. O assunto está sendo discutido por diversos especialistas, além de economistas que fizeram parte da transição.

— Para eu mandar, quero conversar com vários economistas, várias escolas, quero chegar a uma forma que seja boa. Submeter ao presidente da República e encaminhar uma coisa robusta, que estabilize as contas públicas e que seja confiável e crível de que será cumprido. E não uma regra que pode ser a mais maravilhosa do mundo, mas que faz quatro anos que não se cumpre — afirmou Haddad.

A mudança na regra fiscal por projeto foi um dos principais assuntos discutidos ontem na Câmara, e foi alvo de dois destaques do partido Novo, contrário à medida. Hoje, a principal regra fiscal do país é o teto de gastos, que trava as despesas federais à inflação do ano anterior. A regra está presente na Constituição.

A PEC, porém, autoriza o futuro governo a propor uma nova regra para substituir o teto por meio de lei complementar, ou seja, sem mudar a Constituição.

Isso é vantagem para o governo porque aprovar uma lei complementar exige o apoio de 257 dos 513 deputados (uma PEC tem votação mínima de 308 deputados). Já no Senado, o projeto passa com 41 votos, contra 49 de uma PEC (são 81 senadores). Com isso, por mais que a “PEC da Transição” tenha validade de um ano, o governo terá um caminho mais fácil em 2023 para ajustar o Orçamento.

Na noite de terça, essa discussão foi adiada porque o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), temia a aprovação do destaque. Deputados do PT e aliados também viam chances de derrota, por isso o adiamento.

Votação do orçamento
Entre terça e ontem, os deputados angariaram mais apoio e conseguiram colocar parlamentares na sessão (que ocorre de forma virtual e presencial) para manter a norma. O partido Republicanos, que votou contra a PEC nos dois turnos, resolveu se manifestar a favor da regra fiscal fora da Constituição, engrossando o apoio à regra.

A PEC foi aprovada em segundo turno, na Câmara, na tarde de ontem. O projeto voltou ao Senado, que concluiu a votação durante a noite. Isso ocorreu porque os deputados reduziram o prazo da PEC de dois para um ano, e inseriram trechos para dividir o orçamento secreto.

Para onde vão os R$ 9,8 bi?
Após a aprovação da PEC, o Congresso marcou para hoje a votação do Orçamento de 2023, no último dia antes do recesso parlamentar. Aliados de Lula ainda estão discutindo com o Congresso a destinação de R$ 9,8 bilhões.

Esse valor é decorrente da divisão dos R$ 19,4 bilhões do orçamento secreto, chamado tecnicamente de emendas de relator e declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A outra metade do dinheiro irá para emendas individuais de senadores e deputados.

— Estamos no entendimento com as lideranças do Congresso Nacional, com a equipe do novo governo, chegando a um denominador comum, para a gente alocar os recursos. Como relator, não tenho poder para colocar recursos em nenhum lugar — disse o relator do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI).

Uma mudança feita na Câmara aliviou o impacto fiscal da PEC. O texto aumenta o teto de gastos em R$ 145 bilhões. Além disso, permite investimentos de R$ 23 bilhões fora do teto. Agora, esses aportes poderão ser pagos com recursos das contas do PIS/Pasep, parados há décadas.

O aumento do teto de gastos servirá para distribuir recursos para os orçamentos do Ministério da Saúde (R$ 22,7 bilhões), Desenvolvimento Regional (R$ 18,8 bilhões), Infraestrutura (R$ 12,2 bilhões) e Educação (R$ 10,8 bilhões), entre outros.
Fonte: O Globo - RJ
Data: 22/12/2022

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

GREVE DOS PILOTOS E COMISSÁRIOS CHEGA AO QUARTO DIA E IMPACTA VOOS

Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA) diz que espera das companhias aéreas proposta que atenda à demanda por melhores salários e maior respeito a períodos de folgas
Por Redação

A greve dos pilotos e comissários chegou ao quarto dia com paralisações que impactaram voos em alguns dos principais aeroportos do País na manhã desta quinta-feira, 22. O Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA) afirmou no fim da manhã que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) propôs uma audiência para o sindicato na tarde desta quinta-feira, em horário ainda não definido. Ainda segundo o SNA, o Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA) também foi chamado ao tribunal.

Parte dos tripulantes cruzam os braços por duas horas diariamente desde segunda-feira, sempre das 6h às 8h, para reivindicar aumento real dos salários e melhores condições de descanso.

Por volta das 14h25, os painéis de voos disponíveis nos sites dos aeroportos mostravam que havia voos atrasados em Congonhas (São Paulo; 4 voos), Brasília (1 voo), Porto Alegre (2 voos), Fortaleza (2 voos), Guarulhos (São Paulo; 2 voos), Viracopos (Campinas-SP; 1 voo) e Rio-Galeão (1 voo), além de voos cancelados em Congonhas (10 voos), Santos Dumont (Rio; 7 voos), Porto Alegre (1 voo) e Viracopos (3 voos).

O Aeroporto de Confins, em Belo Horizonte, onde também estavam previstas paralisações dos tripulantes, não registrava atrasos ou cancelamentos.

Segundo o Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA), a greve continua enquanto os tripulantes esperam uma proposta das companhias aéreas que atenda suas demandas. Por conta da greve, a orientação dos aeroportos é que os passageiros entrem em contato com as companhias áreas para confirmar o status dos voos.

A Infraero informou que foram registrados 9 voos atrasados e 7 voos cancelados em Congonhas durante a manhã, além de 14 voos atrasados e 4 voos cancelados em Santos Dumont. A estatal ressalta que nem todos têm relação com a paralisação dos aeronautas.

A GRU Airport, concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos, afirmou que, devido à paralisação dos aeronautas nesta manhã, dois voos operaram com atraso e nenhum foi cancelado.

O Aeroporto de Brasília divulgou que, das 6h às 12h, foram registrados 28 voos atrasados e nenhum cancelado.

O BH Airport, que administra o Aeroporto de Confins, disse que, por volta das 10h30, as operações estavam normalizadas. Mais cedo, o aeroporto registrou quatro voos atrasados.

O Rio-Galeão informou que, por conta da greve, o aeroporto registrou dois voos atrasados de manhã e que a situação já estava normalizada por volta das 10h15.

O Aeroporto Viracopos afirmou que não houve impacto da greve nas operações nesta quinta-feira, havendo registro de um voo atrasado e 2 cancelados somente por motivos operacionais durante a manhã.

A Fraport Brasil, que administra o aeroporto de Fortaleza, disse que foram registrados cinco voos atrasados devido à greve, sem cancelamentos. A administradora também é responsável pelo Aeroporto de Porto Alegre, mas não divulgou dados sobre o impacto da greve no aeroporto.

Negociações
No último fim de semana, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) apresentou uma proposta de renovação da Convenção Coletiva de Trabalho da aviação regular, que previa reposição de 100% da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), mais aumento real de 0,5%. O Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA) aceitou a proposta, mas o SNA, que pede aumento real de 5%, a rejeitou, optando pela greve.

Aeronautas realizam paralisações desde segunda-feira; eles pedem aumento real dos salários e melhores condições de descanso.

Aeronautas realizam paralisações desde segunda-feira; eles pedem aumento real dos salários e melhores condições de descanso. Foto: Felipe Rau/Estadão

O SNA aponta que o movimento ocorre “tendo em vista os altos preços das passagens aéreas que têm gerado crescentes lucros para as empresas”. Por determinação do TST, a greve pode atingir somente 10% dos funcionários das empresas. O sindicato afirma que a determinação está sendo cumprida e o movimento ocorre dentro da legalidade.

Em nota divulgada na última terça-feira, 20, o SNEA afirma que o preço das passagens aéreas foi fortemente impactado por conta da pandemia e que houve aumento dos custos para as companhias - as quais, segundo o sindicato patronal, acumulam prejuízo.

“O SNEA enfatiza que as empresas aéreas têm colaborado com a negociação e buscado soluções para garantir o pleno atendimento de todos os seus clientes, especialmente neste período de alta temporada”, conclui a nota.
Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 22/12/2022

CONGRESSO APROVA PEC DA TRANSIÇÃO, QUE AMPLIA GASTOS PARA BANCAR PROMESSAS DE LULA

Para garantir apoio do Centrão, Lula aceitou enxugar prazo para um ano e rateou herança do orçamento secreto. Texto deve ser promulgado ainda nesta quarta-feira
Por Daniel Weterman

BRASÍLIA – O Congresso Nacional aprovou nesta quarta-feira, 20, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, principal aposta do governo eleito para bancar as promessas de campanha de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). No Senado, foram 63 votos favoráveis e 11 contrários nos dois turnos de votação. A proposta deve ser promulgada ainda nesta quarta.

A PEC retornou ao Senado por causa das mudanças feitas na Câmara, que durante a tarde completou a votação da proposta em segundo turno, por 331 votos a 163. A Câmara enxugou a

validade da PEC para um ano, depois de Lula aceitar um acordo com líderes do Centrão para desidratar a proposta em troca de apoio.

A costura incluiu ainda o rateio das verbas do orçamento secreto, derrubado na segunda-feira pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Outra mudança foi a manutenção dentro do teto de gastos de recursos de operações de crédito internacional – que o texto aprovado no Senado excluía da regra fiscal.

A proposta aumenta o teto de gastos em R$ 145 bilhões para bancar um Auxílio Brasil de R$ 600 e libera da regra fiscal R$ 23 bilhões para investimentos já a partir deste ano, além de permitir outras exceções ao teto. A PEC deve ser aprovada em segundo turno ainda nesta quarta-feira, 21, e promulgada até o dia seguinte, mesma data prevista para a votação do Orçamento de 2023.

Com o aumento das emendas, cada deputado terá uma verba extra de R$ 12 milhões para indicar no Orçamento. Cada senador, por sua vez, terá R$ 39 milhões mais. Outra parte dos recursos do orçamento secreto, de R$ 9,85 bilhões, vai ser transferida para despesas dos ministérios do governo, que poderá negociar a destinação dos recursos com os parlamentares. De olho na mudança, o Centrão quer assumir cargos no governo para controlar os recursos.

A destinação dos recursos que ficarão sob controle dos ministérios será feita conforme os pedidos da equipe de lula e também de líderes do Congresso. “Vai voltar ao que era anteriormente, como sempre os governos conviveram e assim vai conviver daqui para frente”, disse o relator-geral do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI), aliado de Lula, ao avaliar a mudança. “Tentamos e fizemos o possível para adaptar o Orçamento para o novo governo e acho que tivemos um bom resultado.”
Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 22/12/2022

CHEGADA DO GIGANTE MUBADALA À ATVOS, EX-ODEBRECHT AGROINDUSTRIAL, PODE IR PARAR NO TCU

Os bancos públicos BNDES e BB têm cerca de 70% da dívida da gigante sucroaalcooleira e querem fechar acordo para repassar o controle ao fundo de Abu Dhabi
Por Fernanda Guimarães

O imbróglio envolvendo as discussões para a troca de controle da gigante sucroalcooleira Atvos, a antiga Odebrecht Agroindustrial, para o fundo Mubadala Capital, de Abu Dhabi, poderá cair no colo do Tribunal de Contas da União (TCU), conforme fontes consultadas pelo Estadão. O TCU poderia entrar na jogada porque tanto o Banco do Brasil quanto o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) são credores da Atvos.

Uma das razões seria um desconto dado para a dívida da empresa, que está em recuperação judicial, em um momento em que ela estaria em retomada diante do ciclo positivo do mercado. Além disso, movimento acontece às vésperas da troca do comando das estatais após a troca do governo federal.

Como a reunião realizada na semana passada para discutir o assunto terminou sem uma decisão, foi definido um novo encontro na próxima quarta-feira, 28, para tentar selar o futuro da companhia. O holofote está voltado para a possibilidade de o TCU barrar a assembleia para analisar os números. A ideia é analisar se as perdas para os bancos com o desconto na dívida podem ser significativas. Procurado, o TCU disse que somente se manifesta por meio de seus acórdãos e que não localizou processos relativos a esse assunto.

Um dos argumentos que está sendo apresentado pela Atvos aos credores é de que não seria necessária a entrada de novo dinheiro na empresa. Não é o que está acontecendo dentro do acordo com o Mubadala, que terá a obrigação de injetar R$ 500 milhões no negócio. Em troca, ganhará um

desconto de cerca de R$ 2 bilhões no valor da dívida da Atvos, com três anos para começar a pagar e prazo total de 20 anos para acertar todo o débito. Além dos R$ 500 milhões, o cálculo de uma fonte ligada ao assunto é de que a Atvos demandaria ainda mais R$ 1,5 bilhão em três anos.

A Atvos é a antiga Odebrecht Agroindustrial

Na reunião que poderia ter dado a chancela para a mudança de controle, na última sexta-feira, 16, foi apresentado um laudo econômico-financeiro aos credores, que apontou que a empresa seria "econômica e financeiramente viável e sustentável, sem qualquer necessidade de capitalização ou captação de novos recursos".

O documento destacou ainda que o acordo de recuperação judicial da empresa seria "economicamente melhor e mais vantajoso, sob o ponto de vista de recuperação de crédito para os credores, do que o acordo (com o Mubadala), o qual irá gerar perdas financeiras e econômicas no montante de R$ 2,2 bilhões", segundo o documento obtido pelo Estadão e assinado pela MS Cardim & Associados.

Além disso, chama a atenção os bancos públicos aceitarem o desconto da dívida da Atvos muito perto da troca de suas administrações pelo governo Lula. Da dívida de aproximadamente R$ 12 bilhões da empresa, o BNDES e Banco do Brasil concentram cerca de 70%.

Na reunião de sexta-feira, o representante do BNDES disse acreditar que o acordo com o Mubadala era a melhor solução para a empresa e seus credores. Na mesma reunião, conforme ata do encontro obtida pelo Estadão, a representante da Caixa afirmou que não concordava com qualquer liberação de garantia, incluindo as garantias dadas pela Novonor (antiga Odebrecht), como previsto no acordo com o Mubadala. Para analisar o caso, a Caixa pediu um prazo de 60 dias.

Troca de controle

Pelo acordo desenhado entre Mubadala e os bancos, o fundo passaria a deter 31,5% da Atvos, em troca de um aporte de R$ 500 milhões na empresa. Os bancos credores, que também inclui Itaú Unibanco, Bradesco e Santander, ficariam com uma participação de 60% na empresa. O fundo americano Lone Star, que hoje controla a empresa, e a Novonor (ex-Odebrecht), dividiriam uma fatia de 3,5%. Ricardo K., executivo conhecido por recuperar empresas, também terá uma pequena participação.

Hoje controlador da Atvos, o fundo americano já reagiu contra a operação e tenta reverter a decisão na Justiça. Solicita que ao menos tenha direito de preferência. Segundo fontes, no entanto, a ação do fundo poderia ser facilmente rebatida porque o plano de recuperação judicial não estabeleceria esse direito.

Procurado, o Lone Star diz que a "transação proposta ignora a significativa virada operacional e financeira da empresa". "Essa desnecessária transação reduzirá significativamente o valor da dívida da Atvos mantida por seus credores. Foi fechada sem um processo competitivo e sem consulta à administração da Atvos em relação ao desempenho, condição financeira ou perspectivas da empresa. Não entendemos como os demais credores poderiam concordar com tal transação sem um devido processo ou diligência."

BNDES, BB e Mubadala não quiseram comentar.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 22/12/2022

FUTURO MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS, FRANÇA DIZ QUE LEILÃO DO PORTO DE SANTOS SERÁ CANCELADO

Anunciado nesta quarta-feira, Márcio França afirmou que o porto, maior terminal da América Latina, não será mais concedido à iniciativa privada

Por André Borges

BRASÍLIA – Anunciado nesta quarta-feira como futuro ministro de Porto e Aeroportos do governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Márcio França afirmou que o porto de Santos, em São Paulo, não será mais concedido à iniciativa privada. O plano estava em andamento pelo governo Bolsonaro, que já tinha encaminhado uma minuta do edital de concessão para o Tribunal de Contas da União.

França disse que a decisão está tomada e que o novo governo vai manter, apenas, a atual estrutura da autoridade portuária que administra o maior porto da América Latina. O plano de concessão de Santos movimentou todo o setor de logística neste segundo semestre e era aguardada como a segunda maior concessão do governo Bolsonaro, depois da oferta de ações feitas da Eletrobras.

“Não será feito o leilão. A autoridade portuária vai continuar estatal. O que faremos são concessões de áreas dentro do porto, de terminais privados. Onde já foi feito, a gente respeita. Agora, há situações que não foram homologadas e que vão passar pelo crivo dos técnicos do novo governo”, disse França. “Nós não temos problemas de ter concessões privadas, mas precisamos ter alguns controles. Hoje há, por exemplo, algumas concessões que foram feitas e que as outorgas não foram pagas. Temos de rever isso. Nós pedimos que fosse tudo adiado para que o presidente possa opinar.”

Márcio França é o novo ministro de portos e aeroportos do governo Lula. Foto: Alex Silva/Estadão

Segundo França, o novo governo não é contra as concessões, mas que cada estratégia será repensada a partir de 2023. “A questão portuária e aeroviária é estratégicas para o País. Não me parece que tenha muito sentido a gente ter como concorrente outras empresas estatais de outros países para concorrer com a gente”, comentou. “O governo não tem problema em fazer concessões de áreas públicas, mas a autoridade que continua controlando tem que seguir pública.”

O Porto de Santos é o maior complexo da América Latina e rota de entrada e saída de 29% de todas as transações comerciais do Brasil. O leilão previa exigências de investimentos que chegavam a R$ 18,5 bilhões em projetos de melhorias, ampliação e manutenção. Outros R$ 3 bilhões estão reservados para a construção de um canal submerso para ligar Santos e Guarujá. Pelo plano, a atual gestora do porto, a estatal Santos Port Authority (SPA, antiga Codesp), seria integralmente privatizada, o que não ocorrerá mais.

Por trás do plano de privatização do porto estava a necessidade de aumento de capacidade do complexo. O plano de expansão logística nacional aponta que o Brasil precisaria investir cerca de R$ 75 bilhões por ano, até 2035, para fazer frente às necessidades do País em todo setor de transporte. Neste ano, porém, a União conta com cerca de R$ 6,5 bilhões para todo setor logístico federal.

Infraero mais forte

A respeito da área de aeroportos, Márcio França disse que o objetivo do governo é retomar o protagonismo que a estatal do setor aéreo teve no passado, mas que acabou ficando para trás, devido ao forte movimento de privatização que se viu no setor.

França comentou concessões que poderiam devolver a concessão, com dos aeroportos de Viracopos e Galeão. “Não é possível ter um parceiro que não tenha mais condições de estar lá, que não consegue mais fazer investimento, porque a situação mudou”, disse o futuro ministro. “É um novo governo. Todo mundo entendeu que é uma vitória de um novo pensamento político. Não temos reservas a nada que seja privado, mas não temos como regra que tenha de privatizar tudo. Criou-se esse estigma de que tudo que é público não funciona adequadamente.”

O futuro ministro disse que ainda não escolheu quem será seu secretário executivo. O Ministério de Portos e Aeroportos nasce de uma divisão do atual Ministério da Infraestrutura, que ainda terá outra pasta, o Ministério dos Transportes.
Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 22/12/2022

TRÊS OBJEÇÕES À PEC DA TRANSIÇÃO

Bráulio Borges, da LCA e do IBRE-FGV, vê liberação de gastos além do necessário, falta de indicação de fontes de financiamento e prazo muito dilatado para apresentar novo arcabouço fiscal.
Por Fernando Dantas

Fernando Dantas - Economia e políticas públicas

Para Bráulio Borges, economista sênior da consultoria LCA e pesquisador associado do IBRE-FGV, a versão da PEC da Transição aprovada no plenário da Câmara em primeiro turno tem três problemas: algum exagero na liberação de gastos adicionais, falta de indicação de fontes de financiamento e um prazo muito longo para a apresentação do novo arcabouço fiscal.

Em primeiro lugar, Borges aponta que a licença para gastar da PEC não vai deixar os gastos como proporção do PIB estáveis entre 2022 e 2023, como se chegou a cogitar. Pelos seus cálculos, o valor aproximado de R$ 170 bilhões de gastos adicionais aos do PLOA liberados pela PEC aprovada na Câmara farão com que os gastos federais subam de cerca de 18,7% do PIB este ano para algo em torno de 19% em 2023.

Segundo o economista, para trazer o PLOA para um patamar mais realista - que permita cumprir a promessa de campanha não só de Lula, mas de outros candidatos, de manter o Bolsa-Família em R$ 600, além de outros ajustes - são necessários gastos adicionais em relação ao PLOA de R$ 100-120 bilhões.

Dessa forma, ele avalia, "há uma gordura de R$ 40-50 bilhões, e nem está claro exatamente como esses recursos serão utilizados".

A segunda objeção de Borges é de que "a discussão sobre financiamento foi escanteada da PEC".

O pesquisador projeta que o déficit primário pode ir a 2% do PIB em 2023 considerando-se a PEC aprovada no plenário da Câmara e nenhuma reoneração dos impostos cortados eleitoreiramente por Bolsonaro. Essa estimativa já incorpora uma reavaliação da receita por Borges, corrigindo alguns aspectos excessivamente pessimistas da projeção de receia do PLDO, mas, por outro lado, levando em conta fatores redutores como a desaceleração do PIB e um preço médio do petróleo em 2023 inferior a 2022.

Na visão do economista, o governo Lula, por meio do ministro nomeado para a Fazenda, Fernando Haddad, já deveria ter sinalizado que vai reverter integralmente as desonerações de Bolsonaro de IPI e do PIS Cofins de combustíveis e gás de cozinha, que juntas correspondem a algo como 0,8 ponto porcentual (pp) do PIB.

"O momento de fazer 'maldades' é no início do governo", aponta Borges.

O terceiro problema da PEC de Transição que saiu do plenário da Câmara, finalmente, é o prazo até o fim de agosto para a apresentação do novo arcabouço fiscal. Borges considera que é tempo demais. [ontem, 21/12, após a coluna ser publicada, Haddad anunciou que o novo arcabouço fiscal será apresentado até junho].

Na sua opinião, seria factível e melhor apresentar a proposta até março ou abril, e tentar aprová-la em maio, de tal forma que pudesse ser incorporada ao Projeto Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) relativo a 2024, cujo prazo também é maio.

"O PLDO já deveria levar em consideração o novo arcabouço fiscal, para que o orçamento de 2024 já fosse preparado levando-o em conta", defende o economista.

Tanto a questão das fontes de financiamento quanto a do prazo para apresentação do novo arcabouço fiscal estão ligadas, na interpretação de Borges, ao problema premente de reancorar as expectativas fiscais.

Ele considera que a sucessão - iniciada por Bolsonaro e terminada pelo governo eleito de Lula - de PECs dos Precatórios, Kamikaze e da Transição, que basicamente foram usadas para neutralizar os limites do teto de gastos, desmoralizaram completamente esse instrumento, que desde 2016 serviu como principal âncora fiscal no Brasil.

Assim, enquanto o novo arcabouço fiscal não vem, é preciso de alguma forma reancorar de forma provisória e temporária as expectativas fiscais.

Sob esse ângulo, o novo governo poderia tanto anunciar sua intenção de reonerar como se comprometer com uma meta de déficit primário, idealmente em torno de 1% do PIB, na visão de Borges.

A meta de déficit primário do PLDO é de 0,6% do PIB, mas incorporando-se o Bolsa Família de R$ 600 ela vai a 1,1%. Uma meta de 1%, portanto, apontaria certa continuidade na política fiscal. Com 0,8pp do PIB de reoneração e mais algum esforço de obter receitas extraordinárias, para o economista, é possível se comprometer com um déficit primário de 1% do PIB em 2023 e cumpri-lo.

Por outro lado, a apresentação e a aprovação do novo arcabouço fiscal num prazo menos dilatado, de forma a incorporá-lo no PLDO, também contribuiriam para uma transição segura para uma ancoragem mais permanente e estrutural das expectativas fiscais.

Fernando Dantas é colunista do Broadcast (fernando.dantas@estadao.com)
Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 22/12/2022

HÁ RISCO DE 'IMPROVISO' SEM PRAZO PARA APROVAÇÃO DE NOVO ARCABOUÇO FISCAL, DIZ ECONOMISTA

Para Juliana Damasceno, da Tendências Consultoria, discussão sobre novas regras para os gastos do governo pode não ocorrer de 'forma correta'
Por Cleide Silva

A redução do cronograma de vigência da PEC da Transição, aprovada no Congresso nesta quarta-feira, 21, de dois para um ano, é positiva por limitar o horizonte de expansão fiscal, na opinião da economista da Tendências Consultoria, Juliana Damasceno.

Por outro lado, segundo ela, o texto aprovado acaba adiando o problema para o ano que vem, pois quando o orçamento de 2024 tiver de ser elaborado, haverá a questão do novo arcabouço.

Ela ressalta que, embora esteja previsto o envio pelo governo da nova âncora fiscal ao Congresso até agosto, não há nenhuma obrigação de prazo para sua aprovação efetiva.

Para a economista, esse tipo de medida é mais doloroso de passar no Congresso porque envolve custos políticos altos, uma negociação profunda e, com isso, não há certeza de quando seria aprovado.

Juliana Damasceno, analista da Tendências Consultoria Foto: Tendências Consultoria

Também ressalta que a elaboração da PLDO (Proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias) começa em fevereiro ou março, pois é enviada em abril. “Corremos o risco de não ter essa discussão da forma correta que deveria ter.”

“O grande risco desse cenário, de termos um ano de validade da PEC da Transição, mais a necessidade do arcabouço, é de ter de adotar um arcabouço improvisado ou caminhar para uma nova PEC de estouro do teto, porque vamos ter uma PLDO fora da realidade; com isso, será preciso contornar a proposta de lei de diretrizes através de outros mecanismos legislativos”, afirma. “Já temos algum tempo do resultado eleitoral e ainda não há uma sinalização de compromisso fiscal, que já deveria ter sido apresentado.”

O fato de a nova âncora fiscal ser adotada por meio de lei complementar também pode ter impactos nos indicadores econômicos de 2023, avalia Juliana.

“A gente já está saindo com uma previsão de gastos bem maior do que o mercado estava aceitando, inicialmente em torno de R$ 100 bilhões, o que significa uma piora na balança fiscal”, diz. Para ela, isso vai exigir do governo um freio de arrumação muito mais rígido do que era necessário antes.

Em termos de indicadores para o próximo ano, diz a economista, já era previsto um cenário mais desfavorável em razão da desaceleração da economia e de um cenário global mais desafiador.

“E agora se vê também, do lado fiscal, muitos ruídos impedindo que, de fato, se saiba para onde vai a questão dos programas sociais, da regra fiscal e da arrecadação. Não sabemos até que ponto o governo consegue progredir com uma reforma tributária pois, se o governo quer equilibrar a expansão de despesas, a única forma é cortar outras despesas ou aumentar a carga tributária para aumentar a arrecadação, o que seria trabalhoso, pois a carga já é muito elevada”, afirma.
Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 22/12/2022

Valor Econômico
Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

VEJA QUEM É MÁRCIO FRANÇA, FUTURO MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS

França foi desde o início um dos principais entusiastas da chapa Lula-Alckmin, arranjo que contribuiu para diluir a rejeição ao petista
Por Ricardo Mendonça, Valor — São Paulo

Conhecido como bom articulador político, o ex-governador de São Paulo Márcio França (PSB) foi duplamente útil para os interesses do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na campanha eleitoral do petista neste ano. O primeiro serviço prestado por França foi abrigar o também ex-governador paulista Geraldo Alckmin no PSB, o que viabilizou a inscrição do ex-tucano como vice na chapa de Lula.

França foi desde o início um dos principais entusiastas da chapa Lula-Alckmin, arranjo que contribuiu para diluir a rejeição ao petista e, desde sua oficialização, vem sendo exaustivamente citado de forma positiva pelo presidente eleito.

O segundo gesto foi abrir mão da candidatura a governador de São Paulo para apoiar Fernando Haddad (PT) sem criar maiores embaraços. Mesmo aparecendo bem posicionado nas pesquisas, França saiu da disputa e se contentou em concorrer a senador.

Outra marca relevante de França é a experiência acumulada. Ex-oficial de Justiça, ele começou a carreira política como vereador em São Vicente (1989-1996) já no PSB. Depois, sempre pelo mesmo partido, foi prefeito por dois mandatos (1997-2004), deputado federal (2007-2014), vice-governador (2014-2018) e, após a renúncia de Alckmin para disputar a Presidência em 2018, governador por quase um ano.

Meses antes da eleição deste ano, quando ainda insistia na manutenção de sua candidatura ao governo, França argumentava a Lula que previa uma eleição presidencial extremamente acirrada na reta final. Citava como exemplos eleições recentes de outros países, como a vitória de Joe Biden, nos Estados Unidos, de Gustavo Petro, na Colômbia, e de Gabriel Boric, no Chile.

Nesse cenário, argumentava, Lula precisaria ter no segundo turno em São Paulo um candidato a governador percebido como mais moderado pelo eleitorado do maior colégio eleitoral do país. O arremate era mostrar ao petista que “esse cara sou eu”.

O argumento não foi suficiente para dobrar Lula e os petistas em geral. Mas o resultado da disputa presidencial — 50,9% para Lula contra 49,1% para Jair Bolsonaro no segundo turno, a diferença mais apertada na história de eleições brasileiras — confirma que o ex-governador também tem uma bem afiada capacidade de antevisão.

Com a vitória da Raquel Lyra (PSDB) ao governo de Pernambuco, evento que desmontou o principal núcleo de poder do PSB no país, França tinha tudo para ascender ainda mais internamente e tomar para si o controle do partido em nível nacional.

Mas, assim como Haddad na disputa pelo governo paulista, França perdeu a eleição para o Senado. Depois de liderar nas pesquisas na maior parte do tempo, foi derrotado pelo bolsonarista Marcos Pontes (PL).

A derrota impediu o salto que ele poderia ter dado na arena política. Mas, pelos serviços prestados, pela experiência acumulada e, claro, pela influência no PSB, é um quadro que não pode ser deixado para trás. É esse o contexto que ajuda a entender sua escolha para ministro dos Portos. Uma posição que, ademais, coaduna com sua base eleitoral original, a Baixada Santista. Marcio Franca, ex-governador e pre-candidato a governador de São Paulo (PSB). — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 22/12/2022

VEJA A LISTA E CONFIRA O PERFIL DOS 16 NOVOS MINISTROS ANUNCIADOS POR LULA HOJE

Presidente eleito anunciou uma nova leva de ministros que vão compor o seu governo. Confira quem é quem

Por Valor — São Paulo

Lula e os novos ministros Marcelo Camargo/Agência Brasil

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou nesta quinta-feira uma nova leva de ministros que vão compor o seu governo. Veja abaixo a relação e perfil dos indicados:

- Alexandre Padilha - Secretaria das Relações Institucionais: Médico, deputado federal, já foi ministro da Saúde e ministro dessa mesma pasta no meu governo
- Márcio Macedo - Secretaria-Geral: Biólogo, deputado federal, coordenador das Caravanas em 2017 e 2018 e vice-presidente do PT
- Jorge Messias - Advocacia-Geral da União
- Vinicius Carvalho - Controladoria-Geral da União: Advogado e ex-presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica
- Nisia Trindade - Ministério da Saúde: Socióloga, professora, servidora da Fiocruz desde 1987 e presidente da Fiocruz desde 2017
- Camilo Santana - Ministério da Educação: É senador e foi duas vezes governador do Ceará, com votações consagradoras
- Esther Dweck - Ministério da Gestão: Economista, professora da UFRJ, trabalhou no ministério do Planejamento
- Márcio França - Ministério dos Portos e Aeroportos: Político e advogado, foi vereador, duas vezes eleito prefeito de São Vicente, deputado federal vice-governador e governador de São Paulo
- Luciana Santos - Ministério da Ciência e Tecnologia: deputada federal entre 2010 e 2018, atualmente governadora de Pernambuco e presidente do PCdoB
- Cida Gonçalves - Ministério da Mulher: De Campo Grande, consultora de políticas. Públicas contra a violência de gênero, tendo ocupado a secretaria nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres nos governos Lula e Dilma e participou da equipe de transição.
- Wellington Dias - Ministério do Desenvolvimento Social: Foi vereador, deputado estadual, federal, foi eleito 2 vezes senador e 4 vezes governador do Piauí
- Margareth Menezes - Ministério da Cultura cantora, compositora, atriz e produtora com décadas de experiência. Com mais de 30 anos de carreira
- Luiz Marinho - Ministério do Trabalho: ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, foi prefeito de São Bernardo do Campo e ministro da Previdência e do trabalho no meu governo
- Anielle Franco - Ministério da Igualdade Racial: jornalista, professora e ativista, diretora do Instituto Marielle Franco. Ex-jogadora de vôlei, morou 12 anos nos Estados Unidos, tendo estudado em várias universidades americanas.
- Silvio Almeida - Ministro dos Direitos Humanos: advogado e escritor, Bacharel em Direito pelo Mackenzie e Doutor pela Universidade de São Paulo, além de professor visitante na Universidade de Duke
- Geraldo Alckmin - Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio: vice-presidente, governador de São Paulo quatro vezes, deputado federal e prefeito. Foi o coordenador da equipe de transição

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 22/12/2022

DOCUMENTO DA TRANSIÇÃO SUGERE ESTRUTURA DE GOVERNO COM 37 MINISTÉRIOS

Por Lu Aiko Otta, Valor — Brasília

O documento “Relatório Final do Gabinete de Transição Governamental”, divulgado nesta quinta-feira pela equipe de transição, sugere ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) uma estrutura com 37 ministérios. São os seguintes:

1. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania
2. Ministério da Igualdade Racial
3. Ministério das Mulheres
4. Ministério dos Povos Indígenas
5. Ministério do Trabalho e Emprego
6. Ministério da Previdência Social
7. Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome
8. Ministério da Saúde
9. Ministério da Educação
10. Ministério da Cultura
11. Ministério do Esporte
12. Ministério das Cidades
13. Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional
14. Ministério do Meio Ambiente
15. Ministério da Economia
16. Ministério dos Transportes
17. Ministério de Portos e Aeroportos
18. Ministério de Minas e Energia
19. Ministério das Comunicações
20. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
21. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio, Serviços e Inovação
22. Ministério do Turismo
23. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
24. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
25. Ministério da Pesca e Aquicultura
26. Casa Civil da Presidência da República
27. Secretaria-Geral da Presidência da República
28. Secretaria de Relações Institucionais
29. Secretaria de Comunicação Social
30. Gabinete de Segurança Institucional
31. Advocacia-Geral da União
32. Ministério do Planejamento e Orçamento
33. Ministério da Gestão e Inovação nos Serviços Públicos
34. Controladoria-Geral da União
35. Ministério da Justiça e Segurança Pública
36. Ministério das Relações Exteriores
37. Ministério da Defesa

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 22/12/2022

LULA ANUNCIA ALCKMIN COMO MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO, LUIZ MARINHO NO TRABALHO E ANIELLE FRANCO NA IGUALDADE RACIAL

Presidente eleito anunciou 16 nomes, que se somam aos 5 comunicados no começo do mês. Lula afirmou que outros partidos que apoiaram a campanha ainda serão contemplados
Por Rafael Bitencourt, Matheus Schuch, Estevão Taiar e Caetano Tonet, Valor — Brasília

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou nesta quinta-feira (22) uma nova leva de ministros. Lula concede entrevista coletiva em Brasília, no Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB), sede do governo de transição. O vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB) foi indicado para acumular a função com o comando do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic).

Lula comunicou ainda aliados petistas muito próximos a ele como ministros. É o caso do deputado Alexandre Padilha (Relações Institucionais), do senador eleito e ex-governador do Ceará Camilo Santana (Educação); do senador eleito e ex-governador do Piauí Wellington Dias (Desenvolvimento Social) e do deputado Luiz Marinho (Trabalho).

O anúncio de hoje leva para o primeiro escalão também a economista Esther Dweck no Ministério de Gestão e Inovação; a presidente da Fundação Oswaldo Cruz, Nísia Trindade, na Saúde; a cantora Margareth Menezes, na Cultura; a vice-governadora de Pernambuco e presidente do PCdoB, Luciana Santos, na Ciência e Tecnologia; e Anielle Franco, irmã da vereadora Marielle Franco - cujo assassinato em 2018 ainda não foi solucionado - na pasta de Igualdade Racial; e Aparecida Gonçalves, a Cidinha, no Ministério da Mulher.

A lista de mulheres atende à cobrança de aliados e da sociedade civil por diversidade na equipe de Lula. A representatividade é esperada também entre negros e indígenas. Hoje foi nomeado como ministro dos Direitos Humanos o advogado e escritor Silvio Almeida, que é negro e uma referência na luta antiracista.

Até então, dos cinco nomes oficializados para o ministério, quatro eram homens brancos. Em 9 de dezembro, Lula apresentou os primeiros cinco ministros: Rui Costa (Casa Civil), José Múcio (Defesa), Fernando Haddad (Fazenda), Mauro Vieira (Relações Exteriores) e Flávio Dino (Justiça e Segurança Pública).

O anúncio de hoje se dá após um mês de tratativas e reuniões com a cúpula petista e lideranças de partidos aliados, e em meio à reta final da votação da PEC da Transição no Congresso.

Veja os nomes de ministros anunciados nesta quinta-feira:

- Deputado Alexandre Padilha é oficializado ministro de Relações Institucionais
- Deputado Márcio Macedo é anunciado ministro da Secretaria-Geral da Presidência
- Jorge Messias é anunciado ministro da Advocacia-Geral da União
- Presidente da Fiocruz, Nísia Trindade, é confirmada ministra da Saúde
- Senador eleito e ex-governador do Ceará Camilo Santana é oficializado ministro da Educação
- Esther Dweck é anunciada ministra da Gestão
- Márcio França é confirmado ministro dos Portos e Aeroportos
- Deputada Luciana Santos (PCdoB) é anunciada ministra da Ciência e Tecnologia
- Aparecida Gonçalves, a Cidinha, é anunciada ministra da Mulher
- Senador eleito e ex-governador do Piauí, Wellington Dias é oficializado ministro do Desenvolvimento Social
- Cantora Margareth Menezes é oficializada ministra da Cultura
- Deputado Luiz Marinho é confirmado como ministro do Trabalho
- Anielle Franco, irmã da vereadora assassinada Marielle, é anunciada ministra da Igualdade Racial
- Silvio Almeida é anunciado ministro dos Direitos Humanos
- Geraldo Alckmin será ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
- Vinicius Carvalho será ministro da Controladoria-Geral da União

Até ontem à noite estava indefinido o destino de duas protagonistas da campanha eleitoral: a senadora Simone Tebet (MDB-MS) e a deputada eleita Marina Silva (Rede-SP). Ambas foram cabos eleitorais atuantes de Lula no segundo turno. Marina é cotada para o Ministério do Meio Ambiente.

Próximos anúncios

Ao anunciar essa nova leva de ministros, Lula disse que fica faltando a apresentação de 13 ministros. "Vamos começar a trabalhar hoje para talvez na segunda ou terça termine de anunciar",

afirmou. Segundo ele, a equipe dos ministérios precisa contemplar “os mais competentes e que nos ajudaram a enfrentar a tempestade do fascismo”.

Derrota do bolsonarismo
O presidente eleito disse que é preciso derrotar o “bolsonarismo raivoso” para pacificar o país. “Nós derrotamos o Bolsonaro, mas o bolsonarismo está nas ruas sem aceitar resultado. Precisamos derrotar o bolsonarismo que está com raiva nas ruas. País precisa ter tranquilidade para que as pessoas voltem a se encontrar para comer churrasquinho”, disse Lula.

O futuro mandatário mandou um recado para seus ministros dizendo que o futuro governo não “negará a política” e pediu que aliados não devem cobrar quem não votou nele.

“Quero dar um recado aos ministros, nós não temos vergonha da política, de ter ministros políticos. Mas quero que os ministros, ao montar o governo, levem em conta a diversidade que fez parte da campanha. Não é o Lula que precisa de vocês, é o povo”, disse o presidente eleito.

Lula afirmou que outros partidos que apoiaram a campanha ainda serão contemplados e mandou um recado para ministeriáveis que estavam na plateia. “É mais difícil montar governo do que ganhar as eleições. Esperem que a vez de vocês chegará”, afirmou Lula.

O futuro mandatário deixará Brasília amanhã às 16h para passar o Natal em São Paulo e, segundo ele, experimentar o terno da posse. Ele retorna à capital federal na segunda-feira para finalizar a montagem dos ministérios.

1 de 1 O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de entrega do relatório final da transição de governo e anúncio de novos ministros — Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de entrega do relatório final da transição de governo e anúncio de novos ministros — Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil
Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 22/12/2022

RIO VIRA CENTRO DA CRIPTOECONOMIA NO PAÍS

Em iniciativas privadas e públicas, capital fluminense atrai investidores e empresas do setor
Por Gabriela da Cunha e Toni Sciarretta — Do Rio e de São Paulo

Hashtown: Edifício no Leblon reúne empresas ligadas a criptoativos e até restaurante de chef entusiasta do setor — Foto: Luciana Whitaker/Valor

Nômades digitais, gestores de venture capital e startups de criptoativos que surgiram ou ganharam impulso durante os anos de pandemia em home-offices espalhados pelo mundo acharam no Rio de Janeiro, mais precisamente no Leblon, um porto para estabelecer seu endereço físico. Chamado Hashtown, o local foi construído para ser a sede do escritório da gestora Hashdex, líder dos fundos de índice do segmento, mas acabou abrigando várias outras empresas e investidores da comunidade cripto internacional.

A duas quadras da praia, na rua Ataulfo de Paiva, o complexo de quatro andares, sendo dois subterrâneos, se propõe a ser um ponto de referência centrado em negócios ligados a blockchain, tokenização, Web3, tecnologia e arte digital. Uma das atrações, voltada também ao público externo, é o restaurante The Crypto Kitchen, do estrelado chef Rafa Costa E Silva, entusiasta dos criptoativos.

O Hashtown é mais uma das várias iniciativas que surgem no Rio. A cidade é pioneira na proposta de receber pagamento de IPTU em moedas digitais, e a exemplo de Miami, tem buscado atrair investimentos do setor e eventos internacionais, como o Blockchain Rio de 2022 e o Web Summit de 2023, para se consolidar como um polo regional da criptoeconomia.

A construção do Hashtown levou oito meses e a operação começou há pouco mais de dois meses com toda a estrutura de escritórios ocupada tanto pela Hashdex quanto por gestoras de venture capital e startups. Estão lá nomes como Valor Capital, um dos maiores ventures capital do mundo, investidor da Coinbase e da própria Hashdex; Canary/Atlântico, de Buser e Alice; Kauai Ventures, do surfista Gabriel Medina; Supera Capital, que tem a participação de Luciano Huck; Go4it, de games, mídia digital e bem-estar; Lifely, de comida saudável. Entre as startups, as principais são W3block, uma fábrica de NFTs (tokens não fungíveis) para entretenimento e aplicações diversas; Kelving Lab, de iluminação inteligente; Parfin, de infraestrutura blockchain para o mercado financeiro, entre outras que ainda estão chegando.

É o caso da Origami, uma startup recém-criada que se propõe a ajudar grupos e associações civis a se tornarem uma DAO (organização autônoma descentralizada), ecossistema nativo das blockchains típico da criptoeconomia. O cofundador da Origami, Matt Voska, nômade digital que está há mais de cinco anos na estrada, conheceu Michael Nicklas, sócio da Valor Capital, no Hashtown. Das conversas no local, acabou trazendo a gestora para uma rodada de US$ 6,2 milhões de aporte na startup. Pela primeira vez, Voska admite a possibilidade de estabelecer âncora na cidade, possivelmente por dois anos. “O Rio tem uma energia incrível para a economia digital. É um ambiente relaxado, que reúne as pessoas e faz as coisas acontecerem”, diz.

A Parfin, que tem desbancado grupos internacionais na infraestrutra de mercado cripto, surgiu no final de 2019 com a proposta de fornecer tecnologia blockchain para negociação de ativos digitais e tokenização. Em três anos, foi de cinco para mais de 70 funcionários, todos em home office, locados no Reino Unido, em Portugal, na Alemanha, nos EUA, além de Rio e São Paulo.

“Somos uma empresa que nasceu na pandemia. Até por trabalhar com blockchain e cripto, por natureza, somos descentralizados e distribuídos. A ideia da Hashtown é mais pelo senso de comunidade, de fazer parte de um hub de tecnologia e inovação. Se tornou um local para interação, reunir a equipe e discutir ideias com pessoas que tem impactado esse ambiente de tecnologia”, diz Marcos Viriato, CEO da Parfin.

Marcelo Sampaio, CEO da Hashdex, conta que a gestora buscava um local para sua sede no pós-pandemia que fosse próprio para o trabalho híbrido, possibilitando que os funcionários aproveitassem as conquistas do home office sem perder os frutos da interação no escritório. Acabaram encontrando um prédio bem maior do que precisavam. Daí veio a ideia de criar um espaço para abrigar também parceiros e outras startups da comunidade cripto.

“O Hashtown é uma casa para todas essas empresas e pessoas. Se você está passando pelo Rio, e está fazendo alguma coisa interessante, não apenas em cripto, mas como empreendedor e gestor, a ideia é que passe por aqui e que promova esse conteúdo que interessa muito a todos”, afirma Sampaio.

A instalação ilustra o novo momento do bairro mais nobre do Rio. Após a pandemia, o Leblon - já conhecido por abrigar gestoras de recursos - passou a ser procurado por mais assets e escritórios de advocacia, muitos, até então, instalados no centro da cidade. “A migração das assets para o Leblon segue o movimento global de novas tendências do espaço urbano. As pessoas estão procurando morar perto do trabalho. Com a concentração de residenciais de alto padrão no bairro, esse movimento não chega a surpreender”, diz Chicão Bulhões, secretário de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação do Rio.

Outro reflexo da pandemia, o modelo híbrido de trabalho dita o ritmo da frequência no multi-espaço. Ainda assim, diariamente, cerca de cem pessoas passam pelo Hashtown, segundo Cauê Duarte,

gerente de expansão global da Hashdex. O volume de público é ampliado em dias de eventos voltados ao mercado financeiro, empreendedorismo, cultura, e Web3.

Para 2023, ao menos quatro trilhas de programações estão definidas e incluem encontros com fundadores de empresas e maratonas de inovação (hackathon). A agenda se soma aos eventos que estão previstos para ocorrer na cidade. O Web Summit, maior conferência de inovação, tecnologia e empreendedorismo da Europa, fará uma edição local em maio. A parceria com a cidade é válida por seis anos. Outras programações devem se repetir, como Rio Innovation Week, Rio2C, e Blockchain.Rio.

“O entendimento da prefeitura não é apenas do uso das criptos como moeda, mas de incentivar todas as possibilidades através da tecnologia blockchain por meio dos atores privados que estão sediados no Rio”, diz Bulhões. “É um reconhecimento do potencial desse segmento antes mesmo do projeto de lei que regulamenta as cripto. É um ganho de médio e longo prazo.”

Além das empresas já instaladas, a prefeitura quer atrair novas companhias para a cidade, mas para ocupar a região portuária, no Porto Maravilha. Revitalizada para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas 2016, a região da Praça Mauá vai sediar o Pomar - Porto Maravalley. Inspirado no Vale do Silício, na Califórnia (EUA), será um novo “hub” para startups, investidores e corporações de tecnologia. Segundo Bulhões, a Transfero, de negociação de ativos digitais, já é parceira do projeto. O secretário afirma que conversas com a exchange Binance e com a blockchain Tezos estão em desenvolvimento. “Baixamos os impostos de empresas de tecnologia que queiram se instalar na região, diz.

Com cerca de 10 mil m², o Porto Maravalley deve ficar pronto no próximo ano e também será usado pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) para o primeiro curso de graduação da instituição. A presença dos negócios é uma das âncoras para aumentar a população residencial da região.
Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 22/12/2022

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

PORTO DE SANTOS SUPERA O RECORDE ANUAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS ESTABELECIDO EM 2021

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 22/12/2022 - 16:34

Foram quatro anos de recordes sucessivos; dezembro segue com projeção de fechar 2022 com movimentação de mais de 160 milhões de toneladas

O Porto de Santos superou, já em novembro, a movimentação acumulada de cargas em todo o ano passado (147,0 milhões de toneladas), somando 150,4 milhões de toneladas, um crescimento de 11,5% em relação ao período janeiro-novembro do ano passado. Os embarques apresentaram crescimento de 15,7%, chegando a 109,8 milhões de toneladas. Os desembarques aumentaram 1,5%, totalizando 40,6 milhões de toneladas.

As mercadorias do agronegócio continuaram a se destacar no acumulado do ano, principalmente a soja em grão (+12,2%), o milho (+85,0%), a celulose (+57,2%) e as carnes (+29,4%).

A movimentação de contêiner também manteve crescimento, que chega a 5,3% comparado a mesma base do ano anterior, totalizando 4,6 milhões de TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés), também a maior marca para o período.

Todos os segmentos de carga apresentaram crescimento significativo e estabeleceram suas maiores marcas para o período. A carga geral solta cresceu 42,3%, somando 8,9 milhões de toneladas, com destaque para a celulose (7,4 milhões de toneladas). Os granéis sólidos tiveram alta de 16,7%, acumulando 76,2 milhões de toneladas, com destaque para os embarques de soja em grão (25,4 milhões de toneladas), milho (13,3 milhões de toneladas) e açúcar (18,9 milhões de toneladas) e para as descargas de fertilizantes (7,4 milhões de toneladas). Os granéis líquidos somaram 17,4 milhões de toneladas, alta de 4,6%, sobressaindo-se o óleo combustível (2,8 milhões de toneladas) e os sucos cítricos (2,4 milhões de toneladas).

O fluxo de navios nos 11 meses do ano foi de 4.757 atracações, crescimento de 7,4%.

A movimentação no mês de novembro também foi recorde, atingindo 12,2 milhões de toneladas, crescimento de 8,2% sobre o mesmo mês do ano passado, caracterizando-se também como a maior marca para o mês de novembro.
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 22/12/2022

XENETA PREVÊ NOVAS QUEDAS NOS FRETES EM 2023

Da Redação NAVEGAÇÃO 22/12/2022 - 16:31

Os dados mais recentes do Xeneta Shipping Index (XSI) para as taxas de frete marítimo de longo prazo mostram uma queda de 0,1%. Após uma queda de 5,7% em novembro em relação ao mês anterior, e com taxas spot fracas definindo o mercado, o movimento é positivo para as transportadoras marítimas. No entanto, adverte a consultoria Xeneta, o cenário é negativo para 2023.

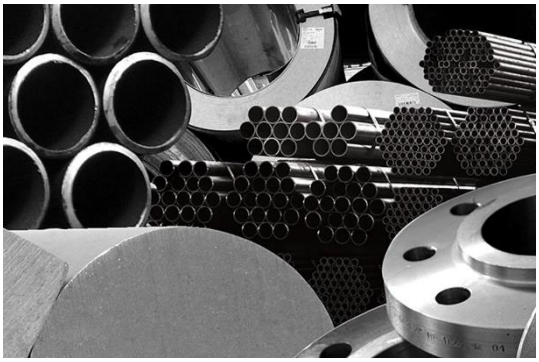
Dezembro é o quarto mês consecutivo em que as taxas de frete marítimo de longo prazo caíram, com as taxas spot em queda desde o início do verão no hemisfério Norte. Apesar dessa tendência negativa, o XSI permanece 70% acima do período no ano anterior, após um forte início de 2022, já que o congestionamento portuário e outras interrupções obstruíram as cadeias de suprimentos e aumentaram os custos.

Para o início de 2023, diz Patrik Berglund, CEO da Xeneta, o cenário parece ser bem diferente. “À primeira vista, os dados deste mês parecem parar a curva negativa”, afirma, “mas isso é um pouco enganador. Em primeiro lugar, isso se deve ao menor número de contratos de longo prazo assinados nessa época do ano, e não à entrada de novos contratos com as mesmas taxas. Quando vemos contratos sendo assinados, em todos os negócios, estamos vendo-os acordados abaixo da média atual para todas as taxas válidas.”

Ele continua: “Então, isso é realmente apenas o silêncio antes da tempestade. À medida que mais e mais contratos de longo prazo expiram no ano novo, espera-se que o XSI apresente quedas mensais muito maiores. Todos os indicadores apontam para quedas consideráveis das taxas em relação aos níveis de hoje, com várias das principais negociações do Extremo Oriente apontando para novos contratos de longo prazo que estão muito mais próximos dos benchmarks de taxas à vista, atualmente muito mais baixos.
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 22/12/2022

GRUPO AÇOTUBO PREVÊ CRESCIMENTO DE 10% NOS INVESTIMENTOS PARA 2023

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 22/12/2022 - 16:35



Aporte atinge área industrial, logística, TI e qualidade; unidade da Colômbia cresceu 40% em faturamento

O Grupo Açotubo aumentou a previsão de investimentos para 2023 em 10% sobre o aporte realizado neste ano. O grupo prevê investir R$ 35 milhões para fomentar as áreas industrial, logística, TI e qualidade, em linha com a recente certificação ISO 14.001 conquistada.

Os investimentos previstos serão prioritariamente destinados à área industrial, que deve receber 77% do aporte, com destaque para a ampliação de mais 6 mil metros na planta da área de Soluções, situada na matriz da empresa, em Guarulhos (SP). A ampliação mais que dobra a área atual, de 5 mil metros. Também estão previstos R$27 milhões em novos equipamentos, como laser de chapas, prensas, lixadeiras e robôs de solda.

“Em 2023 vamos renovar 40% de nossa frota própria, visando atender as normas de emissão de poluentes, reduzindo em 80% as emissões de óxido de nitrogênio (NOx) e 50% as emissões de material particulado”, afirma Rubens Ortolani, diretor da Divisão Distribuição e Logística do Grupo Açotubo. “Esta renovação vem ao encontro de nossa mais recente certificação ISO 14001, reforçando nosso compromisso nas questões ambientais”.

Os investimentos deste ano contemplaram a renovação de 80% da planta de corte, totalizando R$1.700.000 em máquina de corte, expansora e centro de usinagem pela Incotep, empresa do Grupo Açotubo que atua no desenvolvimento de sistemas de protensão e ancoragem de alta qualidade.

Outro investimento de destaque foi a implantação do novo ERP (sistema de gestão integrado) que integrará toda a produção, vendas e logística do grupo, aumentando a produtividade, além criação do agendamento de retiradas on-line e uma área destinada para as operações de logística de carga, possibilitando a liberação dos motoristas no ato da pesagem, com otimização de tempo para os clientes. A preocupação do grupo com a segurança da informação também motivou a adoção de uma solução EDR, visando proteger a infraestrutura de TI em geral.

No quesito contratações, a Açotubo aumentou o quadro de colaboradores, cerca de 40 novas posições, ultrapassando o quadro de 2021, capacitando seus funcionários com cursos profissionalizantes, desenvolvimento pessoal e campanhas internas. No campo da responsabilidade social, o Grupo focou em projetos relacionados a Esporte (Projeto Sonhar Alto - Cumbica), Educação e Erradicação da Fome (Amigos do Bem), participando ativamente da Campanha do Agasalho, Páscoa Solidária e SOS Petrópolis.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 22/12/2022

EM FASE FINAL, PLANO DIRETOR DE SUAPE 2030 ENTRA EM VIGOR NO INÍCIO DE 2023

Por Bianca Guilherme PORTOS E LOGÍSTICA 21/12/2022 - 18:45

Documento foi baseado nos cenários e na visão de futuro encontrados durante a etapa de diagnóstico, com os ajustes produzidos nas oficinas participativas

Após 11 meses do início dos estudos e debates, o Plano Diretor de Suape 2030 entra na fase final de revisão e atualização. Segundo a assessoria, o plano vigorará após a publicação do novo decreto

do Plano Diretor e revogação do atual, provavelmente no final de dezembro ou início de janeiro de 2023. O projeto conta com a participação de representantes dos diversos stakeholders do setor econômico, institucional e ambiental.

Para Francisco Martins, diretor-presidente de Suape, a participação dos agentes que atuam no território da estatal portuária foi essencial para definir estratégias e ações para elaboração eficiente e participativa da revisão do masterplan. “A colaboração de todos foi fundamental para que o trabalho fosse realizado com êxito. Por isso, nos comprometemos a considerar todas as contribuições feitas pelos participantes”, declarou.

A última oficina participativa aconteceu no início de dezembro e teve como objetivo apresentar um novo zoneamento e masterplan (ferramenta de planejamento físico-espacial do complexo), com propostas de ações desenvolvidas pelos eixos temáticos estudados. Além de verificarem as últimas contribuições e aperfeiçoamentos por parte dos envolvidos no processo de elaboração.

De acordo com Roberto Salomão, coordenador de Planejamento e Urbanismo do Complexo Industrial Portuário de Suape, o documento foi baseado nos cenários e na visão de futuro encontrados durante a etapa de diagnóstico, com os ajustes produzidos nas oficinas participativas. Sem contar que todos os estudos e propostas foram elaborados a partir da perspectiva de identificar e atrair novos investimentos, considerando o plano de negócio de CIPS como um todo.

“O projeto final traz aprimoramentos em questões sobre a aptidão urbana, a gestão territorial de uso e ocupação da área industrial e das zonas de preservação ecológica. Tudo isso, considerando as principais variáveis econômicas, sociais e ambientais nas diversas escalas de planejamento (local, regional e nacional), e as previsões de investimentos de curto, médio e longo prazos”, enfatizou o coordenador.

Segundo Salomão, o plano absorve integralmente o que está posto no PDZ de Suape, no caso da área do Porto Organizado, que, no Plano Diretor, é denominada de Zona Industrial Portuária - ZIP, inclusive no que diz as perspectivas de expansão e aperfeiçoamento do leiaute portuário. Há perspectivas também para ter um novo terminal destinado à movimentação de contêineres em. "Todos os novos investimentos previstos foram contemplados na proposta do novo zoneamento", comentou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 22/12/2022

MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ NAS PÁGINAS DO LINKEDIM.COM

Este conteúdo também está no Linledin.com-www.linkedin.com/in/reginaldo-ferreira-0aa5161a2
Fonte : InforMS
Data: 22/12/2022